

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 063/2021
Data: 29/04/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
EMBARQUES DE SOJA IMPULSIONAM MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE SANTOS	4
TRIPULANTES SÃO ENCONTRADOS SEM ALIMENTO E ÁGUA POTÁVEL EM NAVIO NO PORTO DE SANTOS.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
ANTAQ DEVERÁ PUBLICAR EM SETEMBRO EDITAL DE LICITAÇÃO DE DUAS ÁREAS NO PORTO DE MACEIÓ.....	7
PORTAL PORTO GENTE	7
PRODUÇÃO E LOGÍSTICA NA ECONOMIA VERDE	7
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	8
QUATRO CONCESSÕES PORTUÁRIAS DO PARANÁ SÃO QUALIFICADAS COMO PRIORIDADES NACIONAIS	8
PORTONAVE DIVULGA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	9
SEGUNDA CHAMADA ENTRE NAVIOS IRANIANOS E AMERICANOS AUMENTA AS TENSÕES	10
ISTOÉ - DINHEIRO	10
PETRÓLEO FECHA EM ALTA, COM NOTÍCIAS DOS EUA SE SOBREPONDO À CAUTELA POR COVID-19	10
BNDES SUSPENDE COBRANÇA DE EMPRÉSTIMOS PARA PEQUENA EMPRESA	11
AGRICULTURA DO NORDESTE TERÁ PROGRAMA PARA IRRIGAÇÃO COM FINANCIAMENTOS DE R\$900 MI	12
MONEYTIMES	13
LINE-UP DE UM DIA NOS PORTOS MOSTRA VOLUME PARA UM MÊS DE EMBARQUE DE SOJA	13
ARGENTINA PRORROGA CONTRATO DE DRAGAGEM DO RIO PARANÁ, GARANTE EMBARQUES DE GRÃOS.....	13
EXTRA ONLINE	14
REFORMA ADMINISTRATIVA DEVE CORTAR PRIVILÉGIOS DE ATUAIS SERVIDORES, DEFENDE EX-SECRETÁRIO DE GUEDES	14
APÓS DOIS ENCONTROS COM EMPRESÁRIOS, ALMOÇO DEVE REUNIR BOLSONARO E MULHERES DE NEGÓCIOS NESTA QUINTA-FEIRA.....	15
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	16
POTENCIAL DE SOLAR E EÓLICA É 100 VEZES MAIOR QUE A DEMANDA GLOBAL DE ENERGIA, DIZ CARBON TRACKER	16
ANP APROVA NOVO MODELO DE COMERCIALIZAÇÃO DE BIODIESEL PARA SUBSTITUIR LEILÕES	18
MERCADO DE CARBONO: QUAIS AS OBRIGAÇÕES LEGAIS E O CENÁRIO BRASILEIRO?, POR LUCIANA GIL FERREIRA E PATRÍCIA MENDANHA DIAS	20
VOLKSWAGEN PRETENDE INVESTIR 14 BILHÕES DE EUROS EM DESCARBONIZAÇÃO ATÉ 2025	23
JORNAL O GLOBO – RJ	24
NOVAS REGRAS DO SAC SÃO APROVADAS POR CONSELHO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E VÃO PARA A ANÁLISE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....	24
ECORODOVIAS E GLP ARREMATAM A BR-153 COM OFERTA DE R\$ 320 MILHÕES	25
COM INVESTIMENTO DE R\$ 2 MILHÕES, OCYAN, DE ÓLEO E GÁS, ABRE HOJE PROGRAMA PARA CONTRATAR START-UPS. SAIBA COMO PARTICIPAR	28
BNDES VAI SUSPENDER PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE PEQUENAS EMPRESAS POR ATÉ 6 MESES. VEJA QUEM PODERÁ SE BENEFICIAR	28
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	31
70 ATIVOS FORAM TRANSFERIDOS PARA INICIATIVA PRIVADA DESDE INÍCIO DO GOVERNO	31
INFRAESTRUTURA ASSINA PORTARIA DO INOVA BR, PROGRAMA PARA MODERNIZAR RODOVIAS	32
APESAR DE DECISÃO DA ASSEMBLEIA, GOVERNO DO RIO MANTÉM LEILÃO DE CONCESSÃO DA CEDAE	32
FUNDO ADVENT ANALISA COMPRA DA PARTE DA ODEBRECHT NA BRASKEM.....	33
ECORODOVIAS E GLP VENCEM A CCR NA DISPUTA PELA BR-153	34
PROJETO QUE PUNE DISCRIMINAÇÃO SALARIAL CONTRA MULHER VIRA 'BATATA QUENTE' NA CÂMARA.....	35
VALOR ECONÔMICO (SP)	36
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL VÊ AVANÇO ECONÔMICO COM PROJETO DA FERROGRÃO	36
LUCRO E RECEITA DA CATERPILLAR AUMENTAM GRAÇAS A DEMANDA MAIS AQUECIDA	37
COM PREÇO DO PETRÓLEO EM DISPARADA, TOTAL SURPREENDE COM LUCRO 98 VEZES MAIOR	38
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	39
PETROBRAS MANIFESTA INTERESSE EM DIREITO DE PREFERÊNCIA POR SÉPIA E ATAPU.....	39



AGÊNCIA BRASIL - DF	39
GOVERNO QUER CONTRATAR R\$ 260 BI EM TRANSPORTES ATÉ 2022	39
GOVERNO CENTRAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 2,1 BILHÕES EM MARÇO	40
PORTAL PORTOS E NAVIOS	42
CONVENÇÃO DO TRABALHO MARÍTIMO PREVÊ PROTEÇÃO EM CASOS DE ABANDONO DE TRIPULAÇÃO	42
GOVERNO DE PERNAMBUCO CONSOLIDA A INSTALAÇÃO DE UM HUB DE VEÍCULOS IMPORTADOS EM SUAPE	43
FROTA DE APOIO MARÍTIMO SE MANTEVE ESTÁVEL NO 1º TRIMESTRE	44
MARÍTIMOS DA ÍNDIA ENFRENTAM NOVOS DESAFIOS COM PANDEMIA EM ALTA NO PAÍS	45
ENAUTA E DOMMO ENERGIA ENCERRAM LITÍGIOS SOBRE O CAMPO DE ATLANTA	45
EQUINOR AVANÇA PROJETO DE PLATAFORMA NÃO TRIPULADA DO MAR DO NORTE	46
PORTO DE IMBITUBA INICIA ESTUDO PARA ARRENDAMENTO DO TERMINAL DE GRANEL MINERAL	46
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	47
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	47



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EMBARQUES DE SOJA IMPULSIONAM MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Apenas no mês passado, 15,1 milhões de toneladas da commodity foram exportadas pelo cais santista

Por: *Fernanda Balbino*



[https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img1674858710119.png](https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto_%26_Mar/img1674858710119.png)
35,3 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas no 1º trimestre no cais santista
Foto: *Carlos Nogueira/AT*

Um total de 35,3 milhões de toneladas de cargas foram movimentadas no primeiro trimestre no Porto de Santos. O volume representa um crescimento de 11,1% acima do verificado no mesmo período do ano passado. Só em março, as operações

superaram a marca das 15,1 milhões de toneladas, com destaque para os embarques de soja. O volume mensal cresceu 18,5% sobre o terceiro mês de 2020.

Clique e Assine A Tribuna por apenas R\$ 1,90 e ganhe acesso completo ao Portal e dezenas de descontos em lojas, restaurantes e serviços!

No mês passado, os embarques responderam por 11,6 milhões de toneladas, 18,9% acima de março do ano passado. Já os desembarques atingiram 3,5 milhões de toneladas, um acréscimo de 17,4% sobre as realizadas no mesmo período do ano passado.

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), as exportações da commodity somaram 5,4 milhões de toneladas no mês passado. O volume ficou 28,3% acima das 4,3 milhões de toneladas embarcadas em março de 2020.

O atraso na chegada da carga ao cais santista pode ser o motivo do expressivo crescimento dos embarques. Conforme publicado em A Tribuna, neste ano, houve uma demora na colheita da soja, nas regiões produtoras do Centro-Oeste. Como consequência, a carga, que normalmente chega ao cais santista logo no início do ano, demorou um pouco mais.

Os embarques ficaram represados e os navios, à espera das mercadorias. O problema foi resolvido no mês passado e o escoamento já voltou ao normal. E, como previam os especialistas, o volume embarcado de soja foi recorde em março.

“O agronegócio tem sido a maior estrela do comércio exterior brasileiro. Celulose também está forte. Isso tudo é muito bom, porém, precisamos muito da recuperação da indústria, o que significa contêineres”, afirmou o economista e professor universitário, Hélio Hallite.

De acordo com a Autoridade Portuária, no mês passado, a movimentação de cargas containerizadas atingiu 439,5 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Neste caso, o crescimento é de 30,3% sobre o efetivado em março de 2020, quando foram operados 337,2 mil TEU.

Segundo Hallite, a movimentação de caixas metálicas foi motivada pelo aumento nos embarques de carnes. “A pandemia e o isolamento social, o efeito do lockdown em cadeia nos cinco continentes aumentou a demanda por alimentos”.

Acumulado

No primeiro trimestre, os embarques responderam por 24,9 milhões de toneladas, 11,1% a mais sobre o mesmo período anterior e as descargas somaram 10,4 milhões de toneladas, superando em 11% o volume apurado nos três primeiros meses de 2020.

A movimentação de contêineres registrou um crescimento de 17,9%, atingindo a marca recorde de 1,2 milhão TEU sobre o mesmo período do ano passado. Outro destaque é o açúcar, com 4,2 milhões de toneladas, um aumento de 23,4% sobre o primeiro trimestre anterior, cerca de 809,1 mil toneladas a mais.

Também se destacam os embarques de soja em grãos, que somaram 7,9 milhões de toneladas, 5,5% acima do registrado no primeiro trimestre do ano passado. E as descargas de adubo, que somaram 1,8 milhão de toneladas, 76,1% acima do registrado no mesmo período de 2020.

Comércio Exterior

A participação acumulada de Santos na corrente de comércio brasileira vem se mantendo em 28,6%. Cerca de 26,6% das trocas comerciais que passaram pelo Porto de Santos tiveram a China como destino ou origem. O Estado de São Paulo teve a maior participação nessas transações comerciais, respondendo por 57,1%.

O número de navios atracados (1.168) recuou 3,0% sobre o primeiro trimestre de 2020, denotando os bons índices de produtividade atingidos pelo Porto de Santos e a presença de navios de maior porte que viabilizam o transporte de um volume maior de cargas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/04/2021

TRIPULANTES SÃO ENCONTRADOS SEM ALIMENTO E ÁGUA POTÁVEL EM NAVIO NO PORTO DE SANTOS

Marítimos estão a bordo do cargueiro Srakane, que passa por reparos na Margem Esquerda, em Guarujá

Por: Fernanda Balbino



<https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img1124609212393.png>

Tripulação de um dos navios estava sem comer e sem água potável Foto: Divulgação/Ibama

Um navio sem combustível e com sistema de esgoto saturado, em que tripulantes estão sem água potável e sem alimentação foi flagrado no Porto de Santos, nesta quarta-feira (28). Além disso, outras 18 embarcações foram vistas com os porões abertos na área de fundeio

do cais santista. Assim, elas se tornam suspeitas de descarte irregular de resíduos no mar e serão investigados.

Clique e Assine A Tribuna por apenas R\$ 1,90 e ganhe acesso completo ao Portal e dezenas de descontos em lojas, restaurantes e serviços!

Os flagrantes foram feitos em uma ação que faz parte da Operação Descartes e segue até esta quinta-feira (29). A investigação envolve a Marinha do Brasil, através do Grupamento de Patrulha Naval Sul Sudeste, o Ibama, a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal, além da Polícia Militar Ambiental, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Autoridade Portuária de Santos.

Nesta quarta (28), foram realizadas inspeções por terra, pelo mar e pelo ar. No primeiro caso, equipes inspecionaram embarcações atracadas em terminais localizados nas duas margens do complexo marítimo.

Um dos navios vistoriados é o Srakane, com bandeira panamenha, na Margem Esquerda (Guarujá). Segundo informações obtidas pela reportagem, o caso foi denunciado à Secretária do Trabalho, do Ministério da Economia, e à Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos) diante das péssimas condições de trabalho dos tripulantes.

Isto porque não havia alimento ou água potável a bordo. O flagrante foi da Anvisa. E, segundo a agente ambiental federal Ana Angélica Alabarce, responsável pelo Ibama na região, as equipes que participam da operação também vistoriaram a embarcação, que conta com diversos problemas estruturais, como a saturação do sistema de esgoto.

Esta não é a primeira vez que o navio comete essas irregularidades. No ano passado, o Ministério Público do Trabalho chegou a entrar na Justiça para reivindicar a repatriação e pagamento de salários atrasados dos tripulantes. Na época, a estimativa era de que a dívida chegava a US\$ 177 mil.



<https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img2188613414253.png>
Investigação nesta quarta-feira envolveu diversas autoridades Foto: Divulgação/Ibama

Pelo mar

Outro grupo foi até a área de fundeio do complexo, na Barra de Santos, onde também vistoriaram embarcações que aguardavam por uma janela de atracação. A bordo, os fiscais avaliavam a documentação das

embarcações, além de analisarem livros de bordo, com detalhes sobre o dia a dia da tripulação e dos cargueiros.

Informações como cronograma de limpeza de porões, recebimento de suprimentos para consumo de bordo e condições das embarcações também foram apuradas. Segundo a responsável pelo Ibama na região, em outra frente, a aeronave do órgão identificou 18 embarcações que devem ser investigadas.



O flagrante foi feito pelo avião Poseidon, do Ibama, que fará sobrevoos na região até esta quinta-feira (29). Ele trafega a cerca de 3 mil metros de altitude, em uma rota que passa sobre o canal de navegação do cais santista e plataformas de petróleo.

<https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img2815810014240.png>
Flagrantes foram feitos em uma ação que faz parte da Operação Descartes Foto: Divulgação/Ibama

“Agora vai da nossa investigação. Todos com porões abertos. Se tornam suspeitos, mas não significa que estavam realizando a limpeza. Agora, vai de nossa investigação e abordagem quando atracarem”, explicou Ana Angélica.

Plataformas

Três embarcações foram identificadas nas proximidades de plataformas de petróleo, o que é ilegal. Elas serão autuadas pela Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) e pela autoridade ambiental.

Segundo a Marinha do Brasil, a distância mínima necessária para garantir a segurança é de 500 metros.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*
Data: 29/04/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DEVERÁ PUBLICAR EM SETEMBRO EDITAL DE LICITAÇÃO DE DUAS ÁREAS NO PORTO DE MACEIÓ

Leilão está previsto para acontecer em dezembro. Áreas são para movimentação de granéis líquidos, especialmente combustíveis

AANTAQ publicou, nesta quinta-feira (29), no Diário Oficial da União, a aprovação da análise das contribuições para os documentos referentes à licitação de duas áreas no Porto de Maceió para movimentação de granéis líquidos, especialmente combustíveis: MAC11 e MAC12. O edital deverá ser publicado em setembro. A previsão é que o leilão aconteça em dezembro.

Agora, os autos serão encaminhados ao Ministério da Infraestrutura para a continuidade do processo de desestatização. Os autos serão encaminhados também para a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários (CPLA) da ANTAQ para a consolidação dos documentos pertinentes e adoção das providências subsequentes.

Fonte: *ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários*
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 29/04/2021



PORTAL PORTO GENTE

PRODUÇÃO E LOGÍSTICA NA ECONOMIA VERDE

Editorial Portogente

A economia verde se mostra como uma crítica à busca pelo crescimento econômico “infinito” (e-Cycle)

A cúpula do clima organizada por Joe Biden e com a participação de 40 países, na semana passada, mostrou uma mobilização dos EUA e Europa no sentido da economia verde. O presidente americano, em busca do tempo perdido por Trump nessa área, anuncia o propósito de reduzir pela metade a emissão de gases do efeito estufa, até 2030. Espera atingir os níveis chineses e projeta inovações tecnológicas para emissão zero de carbono.

Biden

Esse cenário, sem sombra de dúvida, será o novo paradigma de desenvolvimento do mundo, pós pandemia. Sistemas de transportes ágeis e uso de energia de baixa emissão de gases que provocam o aquecimento do planeta. Um processo que abrange a produção, distribuição e mobilidade; a geração de trabalho e definirá a economia. Variáveis de uma nova equação de lucros e salários.

Objetivamente, essa implacável transição exige a busca de conhecimento nas universidades, preservando o processo de aperfeiçoamento pela pesquisa. Assim, fomentar a criatividade e

originalidade, para inovar e preservar o meio ambiente. A partir da atual conjuntura brasileira, deverá ser realizado um esforço transformador, de alinhamento à nova realidade ambiental e contemplando um projeto tecnológico.

A nova forma de organizar produção e comércio mais ágeis, eficientes e sustentáveis, exige intensa aplicação de tecnologias e automação. Assim como serão necessárias mudanças com ousadia nos investimentos que irão produzir retornos em um novo modelo econômico. Trata-se de diferentes especializações, na divisão do trabalho, que aumentam a produtividade dos recursos alocados. Num contexto em que tem relevância a governança corporativa.

Apesar da crise política brasileira que se assiste, ela ocorre controlada por instituições sólidas. As características do nosso território, coloca o Brasil no centro dessa discussão ambiental. De certo, temos inteligência para entender os desafios e dar as soluções necessárias às propostas dos EUA de Joe Biden.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 29/04/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

QUATRO CONCESSÕES PORTUÁRIAS DO PARANÁ SÃO QUALIFICADAS COMO PRIORIDADES NACIONAIS

Informação: Agência de Notícias do Paraná (29 de abril de 2021)



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/normal_MVI_9537.00_00_51_23.Quadro001-768x512.jpg

Além do arrendamento de três áreas para movimentação de granéis sólidos (PAR9, PAR14 e PAR15), o PPI aprovou o estudo da concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Leilões vão acontecer entre 2022 e 2023 – Foto: Reprodução/AEN PR

O governo federal qualificou nesta terça-feira (27) quatro concessões portuárias paranaenses como prioridades nacionais. Elas representam um terço dos 12 novos projetos de infraestrutura elencados pelo Programa de

Parcerias de Investimentos (PPI).

Além do arrendamento de três áreas para movimentação de granéis sólidos (PAR9, PAR14 e PAR15), o PPI aprovou o estudo da concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Essa é a primeira tentativa de concessão deste tipo, que prevê a administração privada do trecho de hidrovia que liga o porto ao mar aberto. A previsão é de R\$ 5 bilhões de investimentos em 35 anos.

“A autorização é para o início dos estudos, que vão nos apontar se é viável e benéfico conceder a administração de obras, como dragagem, balizamento e sinalização marítima, por exemplo, para a iniciativa privada. Nesta fase, vamos identificar as necessidades atuais, melhorias possíveis e formas de atender a demanda crescente, com custos mais atrativos para os nossos usuários”, explicou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

A análise da viabilidade da concessão considera, ainda, os prazos para a realização dos serviços executados pelo poder público. “A agilidade na contratação é uma das premissas, pois a licitação de obras de dragagem é complexa e tem impacto direto na segurança da navegação, capacidade e competitividade de um porto”, completou.

Os estudos serão feitos sob as diretrizes técnico-operacional e financeira do Governo do Paraná, em parceria com a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, ligada ao Ministério da Infraestrutura. O leilão deve acontecer no primeiro trimestre de 2023.

ARRENDAMENTO DE ÁREAS – O PPI também anunciou a qualificação de três áreas prioritárias no Porto de Paranaguá, todas voltadas para movimentação de grãos sólidos (soja, trigo, malte, açúcar, etc) para exportação. Os leilões estão previstos para acontecer no segundo trimestre de 2022, na Bolsa de Valores (B3), e as concessões devem durar 35 anos.

A PAR09 tem aproximadamente 34,6 mil metros quadrados e investimentos previstos de R\$ 326,8 milhões. A PAR 14 com cerca de 51 mil metros quadrados e deve reunir R\$ 50 milhões em investimentos. Ainda estão em andamento estudos financeiros e de capacidade dessas duas áreas.

Já a PAR 15, com 40 mil metros quadrados, tem previsão de R\$ 590 milhões em investimentos. O novo terminal deve alcançar ao final do contrato a capacidade estática de 115 mil toneladas.

A apresentação com as deliberações do Conselho do PPI está disponível **AQUI**.

<http://www.aen.pr.gov.br/arquivos/2804reuniaopp1.pdf>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 29/04/2021

PORTONAVE DIVULGA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Informação: Revista Portuária (29 de abril de 2021)



https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/noticia_16196381576_089b78dc772b.jpg

Documento descreve o desempenho econômico, social e ambiental da companhia em 2020 – Foto: Reprodução Revista Portuária

Mais de R\$ 1 milhão investido em ações de combate ao novo Coronavírus, 45% da participação de mercado em Santa Catarina, 18,8% de crescimento na movimentação de contêineres, R\$ 81,9 milhões pagos em taxas e

impostos ao Governo. Estes são alguns dos dados publicados no Relatório de Sustentabilidade da Portonave – documento que relata o desempenho econômico, social e ambiental da companhia em 2020, além de práticas de governança, e que foi divulgado neste mês.

As ações de prevenção à Pandemia e os desdobramentos que este novo cenário impôs às empresas e a todos permeiam o relato do ano passado. Contudo, o Relatório de Sustentabilidade 2020 traz mais. Em um ano atípico, a Companhia registrou bons indicadores comerciais, que nos manteve na liderança de mercado em Santa Catarina. Também, ano passado, entrou em operação a primeira fase da Nova Bacia de Evolução do Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes. Com a nova área de manobras, a Portonave recebeu no ano passado 62 “gigantes” – navios com mais de 306 metros de comprimento e 45m de boca. Uma nova linha, a Brazex II, também passou a operar no Terminal, incrementando o volume no segundo semestre.

A Companhia se destaca pela excelência dos serviços prestados aos clientes, bem como pela produtividade elevada – em 2020, esse índice foi 116 mph por navio e 37 mph por STS – e a responsabilidade socioambiental. Esse desempenho levou à liderança no ranking de produtividade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), pelo segundo ano consecutivo. Além de criar importantes diferenciais competitivos, esses fatores contribuem para o desenvolvimento sustentável. Maior organização contribuinte do município de Navegantes (em ISS), a Portonave dinamiza a economia regional, ao mesmo tempo em que impulsiona iniciativas em benefício da

comunidade onde está inserida, por meio do apoio voluntário a projetos culturais, educativos e de inclusão social.

Em outra frente, desenvolve uma série de programas e ações voltados à conservação ambiental, que asseguram a total conformidade de suas operações com a legislação vigente, colaborando para a melhoria da qualidade de vida no entorno do Terminal. Como consequência, em 2020 não foram registradas multas ou sanções relativas a questões ambientais ou sociais.

Este é o 13º relatório da empresa e o 11º elaborado de acordo com as diretrizes da GRI – Global Reporting Initiative –, organização internacional que publica diretrizes para o relato de desempenho da sustentabilidade, garantindo a comparabilidade entre empresas de diferentes portes e setores de atuação. O relatório completo está disponível no site da Portonave para consulta: www.portonave.com.br.

Ou acesse aqui.

https://www.portonave.com.br/site/wp-content/uploads/RELATORIO_SUSTENTABILIDADE_PORTONAVE_2020_site.pdf

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 29/04/2021

SEGUNDA CHAMADA ENTRE NAVIOS IRANIANOS E AMERICANOS AUMENTA AS TENSÕES

Informação: NY Times (29 de abril de 2021)

Um navio do Corpo da Guarda Revolucionária do Irã este mês cortando na frente do navio da Guarda Costeira dos EUA Monomoy no Golfo Pérsico Foto: Marinha dos EUA, via Associated Press

Os encontros tensos ocorrem no momento em que os dois países retomaram as negociações sobre a renovação do acordo nuclear de 2015. O último episódio terminou apenas depois que um navio de guerra americano disparou tiros de advertência.

WASHINGTON – Pela segunda vez em um mês, os navios do Irã e dos Estados Unidos chegaram perigosamente perto do Golfo Pérsico na noite de segunda-feira, disse a Marinha na terça-feira, aumentando as tensões entre as duas nações enquanto seus negociadores retomavam as negociações para renovar o 2015 acordo nuclear.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 29/04/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PETRÓLEO FECHA EM ALTA, COM NOTÍCIAS DOS EUA SE SOBREPONDO À CAUTELA POR COVID-19

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta quinta-feira, 29, com o otimismo do mercado pela retomada global, embasado em indicadores, se sobrepondo à cautela por conta do avanço da covid-19, com destaque para a Índia. Entre os dados, o destaque foi a publicação da primeira leitura do PIB dos Estados Unidos no primeiro trimestre, sugerindo recuperação no maior consumidor mundial de petróleo.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do WTI para junho avançou 1,80%, a US\$ 65,01. O Brent para julho, por sua vez, subiu 1,90%, a US\$ 68,05 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

Foi publicado hoje que PIB dos EUA cresceu a uma taxa anualizada de 6,4% nos três primeiros meses do ano, ficando apenas 1% abaixo dos níveis pré-crise. “De fato, 2021 deve ser o ano mais forte para o crescimento do PIB real dos EUA em quase 40 anos”, aponta análise do Wells Fargo. Tendo em vista a vacinação, e com a covid-19 desaparecendo “rapidamente”, os EUA parecem abertos para negócios, aponta o Bank of America (BofA). “Reservas de companhias aéreas, pedidos de caminhões e taxas de frete estão apontando para cima, e apresentando um olhar positivo para o futuro do combustível que já parece melhor do que o esperado”, avalia o banco, projetando uma cenário de demanda ainda maior para o petróleo na maior economia do mundo.

Por outro lado, no terceiro maior consumidor mundial da commodity, a Índia, o mercado avalia os impactos da covid-19. Hoje, o país renovou o recorde diário de novos casos, e o governo deu os primeiros indícios de que não terá vacinas disponíveis para todos os adultos a partir do dia 1 de maio, como havia anunciado.

O ING aponta que há um interesse crescente dos refinadores indianos em aumentar as exportações, com vários deles oferecendo produtos para o mercado de externo, em uma tentativa de lidar com a formação de estoques domésticos. “O aumento dos fluxos é um risco para as rachaduras de produtos regionais, com o fornecimento adicional potencialmente pesando sobre eles”, avalia o banco holandês.

Sobre o anúncio recente do presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, de que seu país pretende parar de exportar petróleo bruto, o Broadcast ouviu especialistas, que se mostraram receosos sobre o movimento.

Contato: matheusg.andrade@estadao.com

Fonte: *IstoÉ- Dinheiro*

Data: 29/04/2021

BNDES SUSPENDE COBRANÇA DE EMPRÉSTIMOS PARA PEQUENA EMPRESA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) confirmou nesta quinta-feira, 29, que reeditará a suspensão da cobrança de dívidas de pequenas e microempresas. A medida atinge empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. O BNDES estima que cerca de 100 mil empresa poderá ser beneficiada. Com a suspensão por seis meses, R\$ 2,9 bilhões deixarão de ser cobrados, nos cálculos do banco.

Com a piora da pandemia de covid-19 no início deste ano, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, já havia afirmado, em meados do mês passado, que o banco estudava reeditar a suspensão (medida conhecida no mercado como “standstill”). Ano passado, o banco deixou de cobrar R\$ 13,6 bilhões de empresas, incluindo as grandes, e R\$ 3,9 bilhões de governos.

Desta vez, a suspensão poderá ser acompanhada da “prorrogação do prazo total de financiamento em até 18 meses, o que não estava previsto na suspensão oferecida no ano passado”, informou o BNDES. “A suspensão das prestações deverá ser negociada pelo empreendedor diretamente com o agente financeiro que lhe concedeu o financiamento original. Os pedidos já podem ser feitos a partir de hoje”, diz uma nota divulgada pelo banco.

Para as empresas de menor porte, o BNDES não empresta diretamente. As firmas tomam o crédito junto a bancos comerciais, credenciados nas linhas do banco de fomento.

O BNDES informou ainda que não poderão ter pagamentos suspensos os empréstimos “tomados na modalidade do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac) ou quaisquer outros que contam com algum fundo garantidor ou subvenção econômica”.

Principal medida do banco para enfrentar a crise da covid-19, o Peac foi desenhado para garantir financiamentos concedidos por todos os bancos do sistema financeiro. Com aporte de R\$ 20 bilhões

do Tesouro Nacional no FGI, fundo de aval do BNDES, o Peac garantiu R\$ 92,1 bilhões em empréstimos tomados em 2020.

Também ficarão de fora da reedição do “standstill” os financiamentos “tomados para negócios envolvendo comércio exterior ou contratados pela administração pública; e dívidas agrícolas já renegociadas”, diz a nota divulgada pelo BNDES.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 29/04/2021

AGRICULTURA DO NORDESTE TERÁ PROGRAMA PARA IRRIGAÇÃO COM FINANCIAMENTOS DE R\$900 MI

Agricultura do Nordeste terá programa para irrigação com financiamentos de R\$900 mi

Lavoura de soja em Barreiras (BA)

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) – O governo brasileiro lançou nesta quinta-feira o Programa de Fomento à Agricultura Irrigada no Nordeste (Profinor) para impulsionar a produção agrícola na região, em projeto que contará com financiamentos da ordem de 900 milhões de reais, segundo o Ministério da Agricultura.

O Profinor terá metas de incremento de 80 mil hectares irrigados até 2024, além da modernização de 8 mil hectares de sistemas de irrigação considerados obsoletos, conforme nota do ministério.

Segundo a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a partir da linha de crédito criada pelo Banco do Nordeste (BNB), os pequenos e médios produtores rurais da região terão acesso facilitado tanto a recursos para a implantação ou expansão de projetos de irrigação e drenagem, como também à assistência técnica necessária para seus projetos.

“Queremos mostrar que temos uma fronteira que está aí à nossa disposição, precisamos que o Nordeste brasileiro, que já produz, produza mais, e que produza movido por ciência e tecnologia”, disse a ministra durante o lançamento do programa transmitido pela internet, pontuando que a região tem terras e clima favoráveis.

O Nordeste já é grande produtor de frutas, mas a ministra observou que a região precisaria produzir mais milho, por exemplo, e vê essa possibilidade já na próxima temporada.

O banco pretende apoiar projetos com sistemas inteligentes de irrigação, que não gastem muita água, e que usem energia renovável, como solar e eólica, com grande potencial na região.

Os recursos do Profinor serão provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), BNB Agro Inovação e Pronaf (para agricultores familiares), com taxas de juros que variam de 4,38% a 4,78% ao ano, dependendo do porte do produtor (pequeno, médio e grande). O crédito será operacionalizado pelo BNB.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) citados pelo ministério indicaram que a área irrigada no Brasil é de aproximadamente 7 milhões de hectares –o país produz grãos e oleaginosas em 68,5 milhões de hectares, área esta que não considera café e cana-de-açúcar.

Mas o ministério ressaltou que, enquanto a relação média mundial entre área irrigada e agricultura de sequeiro é de 20%, no Brasil esse índice é de apenas 10%.

Segundo o ministério, existem 55 milhões de hectares ocupados atualmente pela agricultura de sequeiro e por pastagens aptos para irrigação, conforme pesquisa da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Com sua grande produção de frutas, o Nordeste responde por 26% da agricultura irrigada do Brasil, segundo dados apresentados pelo BNB.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 29/04/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

LINE-UP DE UM DIA NOS PORTOS MOSTRA VOLUME PARA UM MÊS DE EMBARQUE DE SOJA



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/soja-terminal-tegram-portos-2.jpg>

Movimentação com soja é sintoma de exportações volumosas na safra 20/21 (Imagem: Divulgação/Tegram)

A posição dos navios nos portos brasileiros, só escalados para soja, mostram que os embarques estão em ritmo forte, o que, inclusive, tira espaço nos terminais para movimentação de açúcar, por exemplo.

O line-up de ontem (27), compilado pela Germinar Corretora de Mercadorias, assinala 14,013 milhões de toneladas de capacidade contratada.

São navios já em carregamento, esperando ao largo por vaga nas docas e nomeados para chegar.

“Praticamente volume para um mês de embarque”, avalia Roberto Carlos Rafael, CEO da empresa.

Reforça ele, também, que as exportações estão fortes.

O porto paranaense de Paranaguá tradicionalmente lidera, com quase 4 milhões de toneladas, seguindo pelo Porto de Santos, onde a autoridade portuária informou 3,4 milhões/t.

Rio Grande (RS), Itaqui (MA) e Barcarena (PA) completam o quinteto que concentra o movimento atual com a oleaginosa, cuja lista ainda tem mais oito portos brasileiros.

Fonte: *Fonte: Moneytimes*

Data: 29/04/2021

ARGENTINA PRORROGA CONTRATO DE DRAGAGEM DO RIO PARANÁ, GARANTE EMBARQUES DE GRÃOS

Por Reuters



<https://media.moneytimes.com.br/uploads/2021/04/porto-de-santos-1.jpg>

O atual sistema continuará por mais 90 dias (Imagem: REUTERS/Marcos Brindicci)

A dragagem do rio Paraná, importante via para o transporte de grãos na Argentina, será prorrogada por mais 90 dias, indicou resolução emitida pelo governo do país na quarta-feira, com o objetivo de garantir que o terminal exportador de Rosario permaneça aberto para

negócios.

O atual contrato de dragagem expiraria ao final deste mês. A aproximação do prazo causou nervosismo na indústria local de grãos, principal fonte de dólares do país em momento em que as reservas do banco central se veem afetadas por uma recessão de três anos exacerbada pela pandemia de Covid-19.

“É oficial. Isso garante a manutenção do rio”, disse Guillermo Wade, presidente da Câmara de Atividades Portuárias e Marítimas da Argentina (CAPyM, na sigla em espanhol).

“O atual sistema continuará por mais 90 dias”, acrescentou. A resolução, datada de quarta-feira e vista pela Reuters, tinha publicação marcada para esta quinta-feira no diário oficial argentino.

→ É o fim do Bitcoin? J.P. Morgan alerta que se o ativo não voltar ao recorde, pode ser seu colapso

A companhia belga Jan de Nul possui contrato para as operações de dragagem há 25 anos, e continuará com o trabalho pelos próximos três meses, enquanto o Ministério dos Transportes avalia propostas de outras companhias pela próxima concessão.

A Jan de Nul deverá participar da disputa com outras companhias internacionais, incluindo a chinesa Shanghai Dredging. Nenhuma das empresas respondeu a pedidos por comentários sobre o certame.

Fonte: *Fonte: Moneytimes*

Data: 29/04/2021



EXTRA ONLINE

REFORMA ADMINISTRATIVA DEVE CORTAR PRIVILÉGIOS DE ATUAIS SERVIDORES, DEFENDE EX-SECRETÁRIO DE GUEDES

Por *Fernanda Trisotto*



https://extra.globo.com/incoming/24994089-311-d84/w640h360-PROP/xpaulo-uebel-secretario-especial-de-desburocrizacao-durante-solenidade-de-assinatura.pagespeed.ic.ny_p-r32db.jpg

O ex-secretário de Desburocratização Paulo Uebel durante solenidade de Assinatura da Medida Provisória da Liberdade Econômica Planalto Foto: Fátima Meira / Agência O Globo

O ex-secretário de desburocratização do Ministério da Economia Paulo Uebel defendeu que a reforma administrativa corte privilégios dos atuais servidores públicos, e não apenas de quem ingressar no funcionalismo após sua aprovação. Ele citou como distorções a aposentadoria compulsória como punição e as férias de mais de 30 dias.

— O texto atual, principalmente na parte dos privilégios, não pega os atuais (servidores). Na minha opinião, isso é injusto, isso precisa ser mudado, ele precisa cortar privilégios para todos, inclusive os atuais servidores – defendeu o economista durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Deputados na manhã desta quinta-feira.

Ele ainda acrescentou que essas mudanças podem partir do Congresso.

— Concordo que o congresso é soberano e pode, e na minha opinião como cidadão deve, incluir membros de poderes e militares naquele dispositivo que corta totalmente privilégios. Vai ser muito bom pro Brasil se o Congresso fizer isso – declarou.

Uebel pediu demissão da função em agosto de 2020, por considerar que a reforma administrativa estava parada e o governo ter sinalizado que só tocaria no assunto em 2021. Um mês após sua saída, em setembro, o governo enviou ao Congresso a primeira fase da proposta, que atinge apenas os futuros servidores. Só agora o texto é analisado na CCJ da Câmara.

Para o economista, o excesso de privilégios faz com que os brasileiros não confiem nas instituições públicas, num movimento que enfraquece a sociedade e viola os princípios da administração pública.

— Dou um exemplo: a aposentadoria compulsória como modalidade de punição. Uma pessoa que mata, uma pessoa que rouba, uma pessoa que corrompe, ela tem a punição de ser “aposentada”, com salário integral ou proporcional. Isso é uma aberração e é incompatível com o estado democrático de direito. E a reforma administrativa acaba com isso – ponderou.

Em relação às férias de mais de 30 dias no serviço público, Uebel diz que não há justificativa para essa discrepância em relação ao trabalhador da iniciativa, e que isso é incompatível com o serviço público.

— Só no poder público federal, por exemplo, tem 138 mil servidores que tem mais de trinta dias (de férias por ano). Isso custa mais de R\$ 1,3 bilhão por ano, que poderiam ir para escolas, hospitais, delegacias, assistência social e tantas outras atividades fundamentais – argumentou.

Fonte: Extra Online
Data: 29/04/2021

APÓS DOIS ENCONTROS COM EMPRESÁRIOS, ALMOÇO DEVE REUNIR BOLSONARO E MULHERES DE NEGÓCIOS NESTA QUINTA-FEIRA

Por Henrique Gomes Batista



<https://extra.globo.com/incoming/24993728-7bb-d28/w640h360-PROP/xpresidente.jpg.pagespeed.ic.ymlliczIPHw.jpg>

O presidente Jair Bolsonaro será acompanhado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro em almoço com executivas Foto: Pablo Jacob / 21.03.2021

SÃO PAULO — Nesta quinta-feira (dia 29), o presidente Jair Bolsonaro terá seu terceiro encontro com empresários este mês. Desta vez, no entanto, estarão presentes apenas executivas e lideranças femininas — os dois anteriores foram com um público masculino.

Participarão do evento, promovido pelo Grupo Voto, 40 executivas, as ministras Tereza Cristina (Agricultura), Damare Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo), além da primeira-dama, Michelle.

— A gente teve ideia de fazer este evento em função dos últimos dois eventos que o presidente fez aqui em São Paulo, onde os anfitriões convidaram apenas líderes empresariais homens. Como estamos no século XXI, acreditamos que não cabe mais esse tipo de barreira para as líderes empresariais femininas — disse Karim Miskulin, organizadora do evento e presidente do Grupo Voto.

O governo Bolsonaro tem se esforçado para demonstrar que continua com interlocução e apoio do setor empresarial e financeiro. Esse movimento aumentou depois de empresários e economistas terem feito apelos públicos por medidas mais rígidas contra a pandemia e pelo avanço da vacinação.

Ainda assim, nos encontros de abril — um jantar na casa de Washington Cinel, da Gocil, e uma conferência remota com a Fiesp —, a maior parte dos convidados já tinha manifestado algum tipo de apoio ao governo.

Relacionamento direto

Para Karim, a pandemia mostrou que foi fundamental a liderança das mulheres para criar grupos “como de arrecadação de verbas, de cestas básicas, de promoção de projetos que pudessem levar algum alento para as comunidades que mais sofreram do ponto de vista econômico”.

Ela lembrou que, em todo o mundo, as lideranças femininas se destacaram na crise sanitária e tiveram protagonismo.

— O que a gente tenta fomentar é que as mulheres consigam romper com esta barreira de relacionamento direto com o poder público — disse Karim.

Ela defende que as mulheres tenham uma comunicação direta com líderes políticos de todos os poderes e esferas, lembrando que a representação feminina, tanto no governo como no comando das empresas, ainda é muito baixa.

Fonte: Extra Online
Data: 29/04/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

POTENCIAL DE SOLAR E EÓLICA É 100 VEZES MAIOR QUE A DEMANDA GLOBAL DE ENERGIA, DIZ CARBON TRACKER

Por Nayara Machado - 29 de abril de 2021 - Em Diálogos da Transição, Eólica, Solar, Transição energética

Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br

Grandes quedas no custo da energia solar e eólica nos últimos anos desbloquearam uma reserva de energia que pode atender à demanda mundial 100 vezes — e a maior parte já é economicamente viável, mostra o relatório *The Sky's the Limit* (.pdf) do Carbon Tracker.

A partir das taxas de expansão de solar e eólica na matriz elétrica, os analistas calculam que em 2050 essas fontes poderiam substituir totalmente os fósseis, como carvão, petróleo e gás, produzindo energia limpa e barata para apoiar novas tecnologias, como veículos elétricos e hidrogênio verde.

O relatório calcula que uma taxa de crescimento anual de 15% seria suficiente para energia solar e eólica gerarem toda a eletricidade do mundo em meados da década de 2030 e fornecer toda a energia usada no globo até 2050.

- A energia solar cresceu a uma taxa média anual de 39% na última década, quase dobrando de capacidade a cada dois anos, de acordo com o relatório;

- A capacidade da energia eólica cresceu 17% ao ano, com avanços tecnológicos que ajudam a reduzir custos.

Outro cálculo importante é o custo: na energia solar, a redução média foi de 18% ao ano desde 2010, enquanto os preços da energia eólica caíram em média 9% ao ano no mesmo período.

Além disso, o The Sky's the Limit constata que cerca de 60% dos recursos solares e 15% dos recursos eólicos do mundo já são competitivos economicamente em comparação com a geração local por combustíveis fósseis.

“Em 2030, toda a energia solar e mais da metade da energia eólica provavelmente serão econômicas”, estima.

O estudo conclui que a oportunidade maior está em mercados emergentes, que têm o maior potencial solar e eólico em relação à demanda doméstica.

“Muitos ainda estão construindo seus sistemas de energia, e as energias renováveis baratas oferecem um caminho para levar energia para mais pessoas, criar novas indústrias, empregos e riqueza. A África tem 39% do potencial global e pode se tornar uma superpotência das energias renováveis”, indica.

Onde está o potencial

Com base em dados da BloombergNEF sobre o custo nivelado da energia solar, o relatório identifica quatro grupos principais de países com potencial para aproveitar os recursos solares e eólicos em relação ao consumo doméstico:

- Superabundante (com potencial pelo menos 1.000 vezes maior do que a demanda): países de baixa renda com baixo uso de energia na África Subsaariana;
- Abundante (100 vezes maior que a demanda): quase todos os países da América Latina, incluindo o Brasil, além de Austrália e Marrocos, são alguns exemplos e que poderiam também fornecer energia renovável para o resto do mundo;
- Repleto (10 vezes maior que a demanda): países como China, Índia e Estados Unidos, que têm potencial renovável suficiente para satisfazer suas necessidades domésticas;
- Esticada (menos de 10 vezes a demanda): países como Japão, Coreia e grande parte da Europa enfrentam difíceis escolhas políticas sobre como explorar seus recursos renováveis de forma mais eficaz.

IEA vê renováveis fornecendo mais da metade da eletricidade em 2021

Com a demanda de eletricidade caminhando para o seu crescimento mais rápido em uma década, a Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês) vê as energias renováveis fornecendo mais da metade da eletricidade global em 2021.

Apesar dos efeitos da pandemia sobre a economia, as renováveis encontraram espaço para crescer 3% em 2020, e a IEA estima novo aumento em todos os setores-chave – energia, aquecimento, indústria e transporte – em 2021.

A participação das energias renováveis na geração de eletricidade está projetada para aumentar para quase 30% em 2021, ante 27% em 2019, com solar fotovoltaica (18%) e eólica (17%) contribuindo com dois terços desse crescimento.

Demanda por combustíveis fósseis avança nos emergentes

Apesar do otimismo, na semana passada, o Global Energy Review 2021 da IEA mostrou que a recuperação dos países emergentes no pós-pandemia está sendo alimentada a carvão.



De acordo com a agência, a demanda global de carvão em 2021 deve ultrapassar os níveis de 2019 e se aproximar do pico de 2014.

A estimativa é que o carvão sozinho avance 60% a mais do que todas as energias renováveis combinadas, com mais de 80% do crescimento concentrado na Ásia, com a China respondendo por mais de 50% do crescimento global.

No petróleo, o aumento anual esperado é de 6,2% em 2021 — cerca de 3% abaixo dos níveis de 2019, por conta da baixa demanda do óleo para transporte rodoviário e aviação.

Já o gás natural deve crescer 3,2% em 2021, impulsionado pelo aumento da demanda na Ásia, Oriente Médio e Rússia, colocando a demanda global mais de 1% acima dos níveis de 2019.

Curtas

CPI dos Crimes Ambientais. Líderes da oposição na Câmara articulam abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar crimes ambientais cometidos pelo governo federal. A articulação se deu após o depoimento do delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva à Casa.

Na audiência, o ex-superintendente da PF no Amazonas afirmou que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, legitimou a ação de madeireiros criminosos. O Globo

A ANP está preparando a resolução que irá regulamentar a venda direta de etanol hidratado e deve publicá-la na próxima semana, de acordo com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A regulamentação terá o objetivo de colocar em prática resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovada em 2020. epbr

A Volkswagen apresentou nesta quinta (29) detalhes dos seus planos para alcançar a neutralidade de carbono até 2050. Um deles é a nova meta de reduzir em 40% as emissões de CO2 por veículo na Europa até 2030. Para isso, a empresa investirá 14 bilhões de euros nos próximos anos em projetos de descarbonização, e acelerar a produção sustentável e o uso de carros elétricos. epbr

Aliança para compradores de SAF. O Fundo de Defesa Ambiental dos Estados Unidos lançou uma aliança para acelerar o caminho para a aviação net-zero, impulsionando o investimento em combustível de aviação sustentável de alta qualidade (SAF). A iniciativa é apoiada por Boeing, BCG, Deloitte, JPMorgan Chase, Microsoft, Netflix e Salesforce. epbr

O Grupo Prosegur iniciou um projeto de compensação de emissões de CO2 com o objetivo de alcançar o seu compromisso de descarbonização até 2040. O plano teve início com a compensação de emissões de CO2 geradas pelas operações da empresa na Europa, através de um projeto de gestão de resíduos localizado no Rio de Janeiro. A próxima região a entrar no projeto será a Ásia-Pacífico, à qual seguirá a compensação de emissões na América Latina.

A JBS iniciou neste mês a utilização da tecnologia blockchain para monitorar dados de terceiros sobre o fornecimento de gado. De acordo com a companhia, alguns dos fatores que serão monitorados são: existência de desmatamento ilegal; respeito ao Código Florestal Brasileiro; se há invasão de terras indígenas ou unidades de conservação ambiental; trabalho análogo à escravidão; uso de áreas embargadas pelo Ibama. G1

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/04/2021

ANP APROVA NOVO MODELO DE COMERCIALIZAÇÃO DE BIODIESEL PARA SUBSTITUIR LEILÕES

Por epbr - 29 de abril de 2021 - Em Biocombustíveis, Política energética

A Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP) aprovou nesta quinta (29), durante a reunião de diretoria colegiada, proposta de modelo de comercialização de biodiesel, para substituir os leilões públicos realizados pela Agência.

Segundo comunicado da ANP, este foi o primeiro passo para a implantação de um novo formato, que deverá entrar em vigor até 1º de janeiro de 2022. Até lá, os leilões públicos seguirão no formato atual.

A regulamentação ainda deverá passar por consulta e audiência públicas.

No modelo aprovado pela ANP, a contratação de biodiesel será feita diretamente pelas distribuidoras, com meta compulsória individual de contratação de 80% do volume do bimestre anterior.

De acordo com a agência, o modelo está alinhado com a proposta apresentada em agosto do ano passado pelo Abastece Brasil, iniciativa conduzida pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

“O novo sistema de comercialização observará, conforme determina a Resolução CNPE nº 14/2020: proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos; garantia do suprimento de combustíveis em todo o território nacional; promoção da livre concorrência; incremento, em bases econômicas, sociais e ambientais, da participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional; e os objetivos, fundamentos e princípios da Política Nacional de Biocombustíveis”, explica a ANP.

Em uma avaliação preliminar, a Aprobio (associação de produtores de biodiesel) chamou a atenção para a necessidade de revisão da questão tributária com o modelo proposto.

“Desde já, chama a atenção o fato de que, com a proposta aprovada, o Grupo de Trabalho reconhece que, se for mantido o sistema de tributação atual, haverá aumento de custo em função do acúmulo de imposto”, disse em nota.

“Foi ressaltado que este aspecto foge das competências da agência, mas não houve uma indicação de possível prorrogação no prazo de implantação para que se pudesse tratar deste tema tão relevante para que não resulte em impacto de custo para o consumidor final”, conclui a associação.

O setor aguarda a publicação da íntegra do documento aprovado pela ANP.

Questão tributária também é entrave para venda direta de etanol

A ANP também prepara uma resolução para regulamentar a venda direta de etanol hidratado entre usineiros e postos de combustíveis e deve publicá-la na próxima semana, informou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em entrevista à rádio bandeirantes, na quarta (28).

- Regras para liberar venda direta de etanol devem ser publicadas na próxima semana, diz ministro

A regulamentação terá o objetivo de colocar em prática resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovada em 2020.

Entre as questões que precisam ser definidas para liberar a venda direta estão a tributação e o controle de qualidade.

A regulação do setor de combustíveis, na ANP, e a legislação tributária levam em consideração que a venda de etanol hidratado, obrigatoriamente, passa pelo elo da distribuição. Portanto, parte dos impostos são cobrados das usinas e parte, das distribuidoras.

Para resolver este ponto, a solução apresentada pela ANP é a criação do chamado distribuidor vinculado, isto é, distribuidora controlada pelos usineiros, com exigências simplificadas, mas autorizada apenas a comercializar o etanol hidratado das usinas vinculadas.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 29/04/2021

MERCADO DE CARBONO: QUAIS AS OBRIGAÇÕES LEGAIS E O CENÁRIO BRASILEIRO?, POR LUCIANA GIL FERREIRA E PATRÍCIA MENDANHA DIAS

Por epbr - 29 de abril de 2021 - Em Colunas, Estratégia ESG, Transição energética

A pauta da sustentabilidade e das mudanças climáticas tem sido uma das grandes bandeiras levantadas pelas empresas de todo o mundo para garantia dos investimentos e atração de novos mercados.

Daí surge a chamada “agenda verde” com metas internas pelas companhias para suas próprias atividades de neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030.

As propostas estão normalmente vinculadas aos pilares do ESG (sigla em inglês para “environmental, social and governance” – ambiental, social e governança, em português), e ao compromisso das companhias de adotarem medidas para tornar suas operações mais sustentáveis e resilientes ao contexto da mudança do clima.

Na prática, no caso brasileiro, essa agenda ainda é apenas uma iniciativa voluntária e mercadológica do setor privado com o mercado investidor e o público em geral, não há ainda previsões legais de redução efetiva de GEE ou compensação das emissões.

No começo desse ano de 2021, foi apresentada proposta para regulamentar o mercado brasileiro de redução de emissões (MBRE), Projeto de Lei nº 528/2021, apresentado pelo Deputado Marcelo Ramos (PL/AM), com objetivo de viabilizar e operacionalizar o mercado brasileiro do carbono cuja previsão e estímulo estão previstos há doze anos na Política Nacional de Mudança do Clima (Lei Federal nº 12.187/09) e, até hoje, não devidamente implementado no Brasil.

Ou seja, apesar da ausência de normas legais, é nítido e significativo o avanço de boas práticas na implementação da agenda verde, o que leva a muitos questionamentos sobre a real possibilidade e/ou necessidade de adotar alguma medida na ordem de se ajustar a uma prática sustentável para evitar o avanço das mudanças climáticas:

Mercado de carbono: as indústrias brasileiras estão obrigadas a reduzir emissões de gases de efeito estufa?

À exceção das distribuidoras de combustíveis fósseis, a indústria brasileira não possui obrigação prevista em lei de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), tampouco de um mercado regulado de carbono, com a previsão de limites de GEE e obrigações de compensação.

Atualmente, o que acontece é a busca, pelas empresas, de medidas voluntárias para compensar suas emissões para descarbonização e se tornar “carbono zero”.

Mas como funcionam esses mercados? Qual a diferença prática?

O mercado voluntário é aquele em que as empresas, por liberalidade, decidem reduzir e compensar suas emissões de carbono, estabelecendo metas internas de diminuição e neutralização. A certificação dos projetos ocorre por meio de metodologias internacionalmente aceitas, como é o caso do selo VCS (Verified Carbon Standard), por exemplo.

Já o mercado regulado é aquele em que há limites legais de emissões e metas de redução, a exemplo do que foi estabelecido no Protocolo de Kyoto com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), por meio do qual foram implementados projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento (sem metas internacionais) para compensação de emissões de países desenvolvidos (com metas internamente estabelecidas).

Desses mercados, o voluntário tem crescido significativamente ao redor do mundo e no mercado de ações, muito na perspectiva atual das empresas comprovarem as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Já o mercado regulado, embora bem regulamentado em alguns países, ainda é inexistente no Brasil. O então MDL, inclusive, teve seu formato alterado no artigo 6º do Acordo de Paris, que passou a prever o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável – MDS (item 6.4), mecanismo no qual haverá geração e comércio de créditos de carbono decorrentes de projetos de redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), os quais serão supervisionados por órgão designado pela Conferência das Partes.

Pelo novo MDS, todos os países terão oportunidade e dever de gerar e adquirir créditos de carbono, com o objetivo de atender às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) a que se comprometerem. Destaca-se que se trata de metas impostas aos Estados, não havendo obrigações específicas para determinados setores produtivos ou empresas, o que deve ser regulamentado no âmbito das legislações nacionais.

De todo modo, os detalhes do MDS para sua operacionalização ainda não estão concluídos no âmbito do Acordo de Paris e será um dos grandes temas de discussões na próxima COP26, em Glasgow.

O que existe atualmente no Brasil? Qual a tendência?

Desde 2016, os estudos sobre a instituição de um mercado de carbono brasileiro foram desenvolvidos mais fortemente no âmbito do projeto apoiado pelo Banco Mundial em parceria com o Ministério da Economia, chamado de Partnership of Market Readiness (PMR), que teve por objetivo discutir a conveniência e oportunidade da inclusão da precificação de emissões (via imposto e/ou mercado de carbono) dentre os instrumentos da Política Nacional.

No caso brasileiro, o PMR sugeriu a criação do chamado mercado cap and trade, inicialmente aplicável ao setor da indústria por combustão (aço, cimentos, papel e celulose, etc), com a possibilidade de ampliação posterior. Por esse sistema, cada indústria terá uma quantidade fixa de “permissões” de emissão de GEE. Ultrapassado esse limite, as empresas ficam obrigadas a adquirir os créditos para compensar o excedente.

Tudo isso, entretanto, ainda está em fase embrionária e não houve posicionamento formal do governo federal sobre o estudo do PMR. Inclusive porque, o relatório do PMR não é vinculante, sendo apenas um compilado de pesquisas e revisão do estado da arte sobre o tema, com a recomendação da modelagem mais adequada ao caso brasileiro.

No mais, vale destacar que em termos de regulamentação nacional há, atualmente, apenas o chamado RenovaBio, instituído em 2017 pela Lei 13.576, com o objetivo de impor metas anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, incentivando o aumento da produção de biocombustíveis na matriz energética nacional. As metas nacionais de redução de emissões foram estabelecidas para o período 2019/2020 pela Resolução CNPE nº 15/2019 e obrigam as distribuidoras de combustíveis a adquirir créditos de descarbonização gerados pelos produtores de biocombustíveis chamados Créditos de Descarbonização (“CBIOS”).

As metas preliminares para 2021 foram lançadas em dezembro de 2020, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução ANP nº 791/2019 a que dispõe sobre a obrigação da Agência Nacional de Petróleo de publicar, anualmente, as metas preliminares e os dados utilizados para seu cálculo, no mês de dezembro do ano anterior ao de vigência da meta anual definitiva.

Ademais disso, há apenas a exigência imposta, em alguns Estados[1], da realização dos Inventários de Emissões de GEE, destinados à avaliação da quantidade de “carbono equivalente” lançado por determinados setores produtivos. O inventário, todavia, não gera a obrigação de mitigação ou compensação das emissões declaradas.

Por fim, é válido destacar apenas que inobstante a inexistência de uma obrigação geral, existem ações locais pontuais, sem grande repercussão e efetiva vinculação a um mercado de carbono, como é o caso do Município do Rio de Janeiro, que editou, em 2009, a Resolução Conjunta SMAC/SMU nº 14, dispondo sobre a compensação das emissões de gases de efeito estufa durante a construção de edificações licenciadas pelo ente municipal. De todo modo, a obrigação da compensação somente se aplica para construções com Área Total Construída (ATC) acima de 180 m², a qual se dá por meio da doação de espécies arbóreas (uma muda para cada 25 m² de área construída no caso de escavação em subsolo; e uma muda para cada 60 m² de ATC excedente de 180 m²).

Apesar de destinada para uma “compensação” de emissões GEE ainda é distante da ideia internacionalmente aceita de desenvolvimento de um mercado efetivo, no qual seja viabilizado o comércio entre setores produtivos, impostas metas factíveis de redução e pautado em protocolos internacionalmente aceitos para atestar a efetiva mitigação ou neutralização da atividade.

E o novo Projeto de Lei? O que pode mudar e como afetará as empresas?

A proposta encaminhada à Câmara prevê a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), inicialmente como mercado voluntário, passando a se tornar regulado após 5 anos da vigência da lei.

De todo modo, para isso, deverá ocorrer a prévia regulamentação do Ministério da Economia, o qual deverá se basear nos setores da economia com maior índice de emissões de GEE e mais capacidade de remoção e compensação, como previsto no art. 7º, p.u, II e III do PL.

Isto é, em até 5 anos da publicação da Lei (caso sancionada), o Ministério precisará criar as diretrizes do mercado regulado, os setores que serão afetados, as metas respectivas e critérios para o comércio de emissões.

Lembrando que de acordo com os dados veiculados pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG/Brasil), atualmente, os setores produtivos que mais emitem GEE são o agropecuário, os enquadrados na categoria “mudança de uso da terra e florestas”, processos industriais, resíduos e energia, sendo os dois primeiros responsáveis por 78% das emissões atuais e, portanto, os que provavelmente serão objeto das primeiras exigências e cumprimento de metas.

O cenário vislumbrado, portanto, é que o Estado Brasileiro certamente sofrerá pressão, nos próximos anos, para dar passos mais efetivos para regulamentação do mercado no âmbito brasileiro, considerando a necessidade de uma imagem sustentável do Brasil no âmbito das negociações comerciais com os países desenvolvidos, a qual será essencial para a retomada econômica pós COVID.

[1] A título de exemplo, cite-se o Estado de São Paulo, no qual o Inventário de GEE é detalhado na Decisão de Diretoria nº 254/2012/V/I, de 22/8/2012 a qual prevê que gases causadores de efeito estufa (GEE) que deverão fazer parte do inventário são o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), o hexafluoreto de enxofre (SF₆), os hidrofluorcarbonetos (HFC's) e os perfluorcarbonetos (PFC's) e, por meio do art. 3º, prevê a listagem de atividades sujeitas ao inventário, que deve ser enviado até dezembro de 2012. No Rio de Janeiro, a exigência é prevista na Resolução INEA/PRES nº 64/2012

Luciana Gil Ferreira é sócia conselheira da área ambiental do Bichara Advogados

Patrícia Mendanha Dias é sócia da área ambiental do Bichara Advogados

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/04/2021

VOLKSWAGEN PRETENDE INVESTIR 14 BILHÕES DE EUROS EM DESCARBONIZAÇÃO ATÉ 2025

Por Gabriel Chiappini - 29 de abril de 2021 - Em Estratégia ESG, Transição energética

A Volkswagen apresentou nesta quinta (29) detalhes dos seus planos para alcançar a neutralidade de carbono até 2050. Um deles é a nova meta de reduzir em 40% as emissões de CO2 por veículo na Europa até 2030 — o que representa cerca de 17 toneladas de dióxido de carbono a menos por veículo.

Para isso, a empresa investirá nos próximos cinco anos 14 bilhões de euros em projetos de descarbonização, que incluem um amplo pacote de medidas para acelerar a produção sustentável e o uso de carros elétricos.

“A Volkswagen defende a mobilidade elétrica para todos”, disse Ralf Brandstätter, CEO da Volkswagen, durante convenção da empresa, chamada Way to Zero (Caminho para Zero).

A companhia espera que pelo menos 70% de todas as novas unidades da marca vendidas na Europa até 2030 seja de veículos totalmente elétricos — isto é, mais de um milhão de unidades. O objetivo é alcançar nas próximas décadas a eletrificação total na nova frota.

Já nas Américas do Sul e Norte e na China, a participação dos veículos elétricos nas vendas deverá ser de pelo menos 50% até 2030. Além disso, a Volkswagen se comprometeu a lançar pelo menos um novo veículo elétrico a cada ano.

Conheça o E-motion: programa bilionário para acelerar eletromobilidade na América Latina

“Nossa grande ofensiva elétrica foi apenas o começo. Estamos adotando um enfoque holístico para a descarbonização: a partir da produção, seguindo por toda a vida útil até a reciclagem. Somos os primeiros fabricantes de carros a apoiar a expansão das energias renováveis para uma escala industrial”, disse Brandstätter.

Eletrificação neutra

Para alavancar e consolidar a eletrificação neutra no segmento automobilístico, a companhia vem fechando contratos com usinas solares e eólicas ainda em construção na Europa.

Segundo a empresa, veículos carregados com energia renovável podem reduzir pela metade suas emissões de CO2, na comparação com fontes da atual matriz elétrica da União Europeia.

Os primeiros contratos foram assinados com a alemã RWE, empresa de energias renováveis, que está construindo uma usina solar com capacidade total de 170 milhões de kWh por ano, no nordeste da Alemanha. Aproximadamente 420 mil módulos solares devem começar a operar no final deste ano.

Além dos veículos, a montadora alemã vem adotando práticas para descarbonizar sua produção e cadeia de fornecedores. Na Europa, todas as fábricas já utilizam eletricidade de fontes renováveis. A empresa prevê que a partir de 2030 todas as unidades de fabricação do mundo, exceto na China, passem a operar inteiramente com eletricidade verde.

A partir de agora, a companhia se compromete a tornar as emissões de CO2 um critério fundamental na concessão de contratos aos fornecedores, garantindo a redução da pegada de carbono na cadeia de suprimento.

Paralelamente, a empresa está trabalhando para a reciclagem sistemática de baterias, que permitirá no futuro um reaproveitamento de 90% das matérias-primas.

O CEO da companhia também destacou o papel da sociedade em conjunto com o setor privado e governos na transição rumo à economia verde.

“No futuro, empregados, clientes e investidores darão preferência para empresas que colocam sua responsabilidade social e ambiental no centro de seus negócios. Assim, a sustentabilidade será um fator crucial no sucesso corporativo”, afirmou Brandstätter.

“A Volkswagen, porém, não pode levar sozinha a descarbonização da mobilidade. O governo, a indústria e a sociedade precisam se unir para desenvolver boas ideias e realizar investimentos corajosos”, concluiu.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 29/04/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

NOVAS REGRAS DO SAC SÃO APROVADAS POR CONSELHO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E VÃO PARA A ANÁLISE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Documento prevê criação de ferramenta para medir índice de solução dos atendimentos e deixa horários de funcionamento para regulamentação das agências reguladoras

O Globo

RIO - O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDCC) aprovou, nesta quinta-feira, a minuta que estabelece novas regras para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). As novas regras mantêm o foco nos setores regulados - telecomunicações, financeiro, aéreo, energia, transportes e planos de saúde - e pretendem fomentar uso de outros canais de atendimento, além do telefone, como e-mail e aplicativos. A maior novidade, o uso de uma ferramenta para monitorar o índice de solução das empresas, ficou para depois da publicação do decreto.

O texto, que atualiza o Decreto 6.523, de 2008, vai agora para análise do Ministério da Justiça, de um segue para a sanção presidencial

O documento manteve a gratuidade do atendimento e a obrigatoriedade da oferta de contato por telefone. No entanto, caberá as agências reguladoras estabelecer dias e horários de funcionamento do atendimento telefônico. O texto prevê que as empresas devem manter um dos canais de atendimento em funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana.

-- Para os Procons o ponto sensível é assegurar a garantia do atendimento humano ao consumidor preferencialmente por telefone, revelado como fundamentais pelas últimas pesquisas sobre o tema. Isso ficou para ser estabelecido pelas agências, que também vão determinar o que deve estar no menu obrigatório dos SACs - destaca Filipe Vieira, presidente da ProconsBrasil, associação que reúne os Procons do país.

O aumento das queixas dos serviços de atendimento, cerca de 70% entre 2019 e 2020, nos registros feitos na plataforma Consumidor.gov.br, foi um dos motivos que levaram a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça, a se debruçar sobre a modernização do decreto do SAC.

Pesquisa realizada pelo Instituto Ibero-Brasileiro de Atendimento ao Consumidor (IBRC) e o IPS Consumo, com 7.906 consumidores, mostrou que apenas 28% estão satisfeitos com os SACs das empresas.

- Nenhum consumidor está satisfeito com a ineficiência do SAC. Se os problemas forem resolvidos, com um SAC mais adequado, teremos redução da judicialização e do volume de demandas que chegam aos Procons diante desse contexto agravado com a pandemia - afirma Juliana Domingues, titular da Senacon.

A minuta prevê resposta em até 7 dias corridos e que as empresas mantenham um histórico do atendimento do consumidor, procedam cancelamento imediatamente diante da solicitação e ofereçam formas de acompanhamento da demanda pelo cliente. O atendimento a pessoas com necessidades especiais também é garantido pelo texto.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/04/2021

ECORODOVIAS E GLP ARREMATAM A BR-153 COM OFERTA DE R\$ 320 MILHÕES

Consórcio disputou a rodovia com a CCR, que ofereceu outorga de R\$ 117 milhões

Por João Sorima Neto



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24994383-bac-50f/FT1086A/xBR-153Michel-Filho.jpg.pagespeed.ic.b2wjN3X_u5.jpg

A rodovia BR 153, trecho em Anápolis, Goiás, estava nos planos do governo para privatização. Foto: Michel Filho/Agência O Globo

SÃO PAULO — O consórcio ECO 153, formado pela Ecorodovias e Global Logistic Properties (GLP) Participações SA, venceu o leilão de concessão de um trecho de 850,7 quilômetros da rodovia BR-153 entre as cidades de Anápolis, em Goiás, e Aliança do Tocantins, no

Tocantins, ao oferecer um valor de outorga de R\$ 320 milhões. O consórcio disputou a rodovia com a CCR, que ofereceu outorga de R\$ 117 milhões.

Com o resultado da disputa, as ações ordinárias da Ecorodovias (ECOR3) na Bolsa de São Paulo (B3) tiveram alta de 3,86%.

O leilão trouxe uma novidade nos critérios de disputa, mesclando desconto no pedágio e maior valor de outorga. A tarifa básica de pedágio máxima era de R\$ 0,12200/km para trechos de pista simples. As duas concorrentes ofereceram o desconto máximo de 16,25%, no valor de R\$ 0,10218/km e o leilão acabou sendo decidido pela outorga, que não tinha lance mínimo.

Este foi o primeiro leilão de rodovias de seis que vão acontecer até o primeiro trimestre de 2022, incluindo o da BR-381 em Minas Gerais e a felicitação da Rodovia Nova Dutra.



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24739794-d66-d50/FT1086A/x90449611_EC-Rio-de-Janeiro-RJ-10-11-2020LicitacoesBR-040-Na-altura-de-Caxias.-Foto-Hermes-d.jpg.pagespeed.ic.9LVZbAxYLJ.jpg

O contrato da Concer para operação da BR-040 se encerra no dia 1º de março de 2021 Foto: Hermes de Paula / Agência O Glob / Agência O Globo

O prazo de concessão é de 35 anos e o vencedor terá que investir R\$ 7,8 bilhões em obras e melhorias, além de contratar serviços aos usuários no valor de R\$ 6,2 bilhões. O total de investimento previstos

chega a R\$ 14 bilhões.

Este mês, a CCR empresa se destacou com lances ousados nos recentes leilões de privatização feitos pelo governo federal este mês, na Infra Week, realizada este mês. Em pouco mais de duas

semanas, a CCR venceu a disputa para administrar 15 aeroportos no país, e também ganhou a administração das linhas 8 e 9 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), em São Paulo. Os investimentos previstos nos dois ativos são de R\$ 9,2 bilhões.

Na BR-153, está prevista a instalação de nove pontos de pedágio neste trecho, além da duplicação de 623,3 quilômetros, construção de 27,6 quilômetros de faixas adicionais, de 89,9 quilômetros de vias marginais, iluminação e passarelas de pedestres.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24902255-fb4-915/FT1086A/xLinha-9-da-CPTM-em-SP.jpg.pagespeed.ic.O0HkxLwcuH.jpg>

CCR vence leilão das linhas 8 e 9 da CPTM em SP, e deverá comprar 34 trens novos Foto: Alexandre Carvalho / Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

A rodovia é a principal ligação dos estados de Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá com o Centro-Sul. É uma das principais rotas de transporte de passageiros, madeira e produtos agropecuários do Norte para o Sul do país.

Também estão incluídos na concessão a BR-414, de Assunção de Goiás até Anápolis, e a a BR-080, do entroncamento com a BR-414, em Assunção de Goiás, até o entroncamento com a BR-153.

Proteção contra variações cambiais

Analistas já esperavam pouca concorrência no leilão, já que a rodovia é considerada extensa e o investimento necessário é alto. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, considerou o certame um sucesso.

Os analistas do banco Goldman Sachs, Bruno Amorim, João Frizo e Osmar Camilo avaliaram em relatório divulgado após o leilão que a adição de novos projetos ao portfólio da Ecorodovias é positiva e oferece oportunidade de criação de valor significativa, caso o projeto se torne lucrativo.

Mas os analistas destacam o grande porte dos investimentos em relação à capitalização da empresa, o que implica em 'risco de execução'.

Marcelo Guidotti, diretor de relações com investidores da Ecorodovias, disse que os recursos para as obras virão de empréstimos com o BNDES e Banco da Amazônia, além do mercado de capitais, com lançamento de debêntures.

O executivo afirmou que hoje o modelo da concessão é diferente, mais equilibrado, na comparação com o de 2014, que acabou levando à cassação do contrato da concessionária pelo governo federal.

A Ecorodovias, disse Guidotti, está interessada em participar de outros leilões de concessão, como a relicitação da Nova Dutra e das estradas do Paraná, onde já possui duas concessões.

— É um modelo de contrato mais equilibrado, que leva em conta a demanda, muito diferente de 2014 - afirmou.

A GLP é uma empresa que atua nos setores de logística, infraestrutura, finanças, mercado imobiliário e tecnologias inovadoras para esses setores. Além do Brasil, opera em 17 países, entre eles China, nações da Europa, Índia, Japão, EUA e Vietnã, e tem US\$ 100 bilhões sob gestão, investidos no mercado imobiliário e fundos de private equity.

Guidotti disse que é a primeira parceria entre a Ecorodovias e a GLP e 'que já deu certo', podendo ser repetida em outros leilões.

O ministro da Infraestrutura afirmou que ao atrair duas grandes empresas do setor de rodovias como CCR e Ecorodovias para o leilão mostra que o modelo de licitação é um sucesso.

— Conseguimos atrair a atenção dos melhores. Amanhã temos o leilão da Cedae, companhia de saneamento no Rio, e vamos fechar o mês com 30 ativos transferidos para a iniciativa privada e R\$ 60 bilhões em investimentos contratados — disse Freitas, que destacou a capacidade de resiliência do Brasil em atrair investimentos.

O novo modelo híbrido de licitação também traz mudanças como proteção da concessionária contra variações cambiais, além da divisão do risco de demanda entre a empresa vencedora e o governo e a adoção de descontos no pedágio para usuários frequentes.

O contrato prevê que a outorga possa ser usada pelo governo garantir a receita em caso de queda da demanda em momentos em que é preciso fazer altos investimentos, e também cobrir o desconto que será dado aos usuários frequentes.

É uma forma de o governo tentar evitar problemas nessas concessões de longo prazo, como já aconteceu com a própria BR-153. Em 2014, esse mesmo trecho foi entregue à iniciativa privada no governo da então presidente Dilma Rousseff.

O leilão foi vencido pelo Grupo Galvão, dono da Galvão Engenharia, que no entanto não conseguiu cumprir as determinações do contrato. Por exemplo, a empresa não conseguiu iniciar a duplicação da rodovia, que deveria ser completada até 2019. Como a empresa não fez os investimentos, a concessão foi cassada.

Nicolo Caffo, diretor executivo da Ecorodovias, disse que o contrato de concessão da BR-153 é claro e traz segurança quanto ao que vai acontecer no futuro. Esse modelo de contrato, disse Caffo, é uma grande força para as concessões de rodovias no país.

— Por isso, fizemos uma oferta que achamos boa tanto para a Ecorodovias quanto para o governo. É um plano de negócios para os próximos 35 anos - afirmou.

A advogada Claudia Bonelli, sócia da área de infraestrutura do TozziniFreire, observa que há esforço do governo em trazer mais segurança ao programa de concessões de ativos de infraestrutura, melhorando os modelos de licitação.

— Tem havido esforço para trazer modelos de licitação melhor alinhados com as práticas internacionais, aumentando a atratividade e a segurança contratual. Isso ajuda a evitar possíveis falências dos contratos, como já visto anteriormente. O câmbio ainda é um gargalo, e é preciso ter algum ponto trazendo alguma previsibilidade — diz a advogada.

Deputados do Tocantins entraram esta semana com uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) para que 75% dos valores arrecadados com a outorga sejam investidos em obras no trecho da rodovia no estado.

Segundo eles, o edital prevê que o trecho localizado em Goiás receberia investimentos para ser duplicado já nos primeiros anos de concessões, enquanto no Tocantins as melhorias começam após 20 anos. Na representação, os deputados também reclamam que há mais obras previstas em Goiás do que no Tocantins.

O ministro Tarcísio Freitas afirmou que com os recursos da outorga será possível antecipar a duplicação de trechos em Goiás, seguindo a determinação do TCU.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 29/04/2021

COM INVESTIMENTO DE R\$ 2 MILHÕES, OCYAN, DE ÓLEO E GÁS, ABRE HOJE PROGRAMA PARA CONTRATAR START-UPS. SAIBA COMO PARTICIPAR

Por Bruno Rosa



https://s2.glbimg.com/F6jz_Zz8WKVJLcb4Uqt cBv7ZjsY=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglo bo1/f/original/2021/04/28/ocyan.jpeg

Ocyan abre cadastro para seleção de start-ups
Ocyan abre cadastro para seleção de start-ups |
Divulgação

A Ocyan, que atua no setor de óleo e gás, abre hoje cadastro para selecionar start-ups para a edição 2021 de seu programa Waves. O objetivo é buscar novas soluções variadas, como a redução no consumo de diesel e da emissão de gases em navios-plataforma, por exemplo. São ao todo seis desafios.

A expectativa é que mais de cem start-ups se inscrevam neste ano, mesmo patamar dos últimos dois anos. A ideia é investir cerca de R\$ 2 milhões nesse ano, valor que envolve o custo dos projetos-pilotos, contratação de equipes e fornecedores.

Desde 2019, quando começou o programa, 67% das start-ups selecionadas se tornaram fornecedoras da Ocyan. Mais informações em ocyanwaves.com

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/04/2021

BNDES VAI SUSPENDER PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE PEQUENAS EMPRESAS POR ATÉ 6 MESES. VEJA QUEM PODERÁ SE BENEFICIAR

Medida deve atingir cem mil devedores de financiamentos indiretos, contratados com bancos intermediários. Parcelas suspensas somam R\$ 2,9 bi

Por *Raphaella Ribas*

RIO - Em mais uma iniciativa para mitigar os efeitos da crise, o BNDES vai reeditar a suspensão temporária do pagamento de dívidas de micro e pequenas empresas. A pausa, no jargão econômico chamada de standstill, será de até seis meses. Segundo o banco, a medida atinge mais de cem mil firmas em todo o país.

O valor total das parcelas suspensas será de R\$ 2,9 bilhões e vale para operações indiretas, nas quais o tomador do crédito levanta recursos junto a outros bancos e instituições financeiras.

A medida busca dar um alívio no caixa para as empresas em um momento de turbulência, mas as taxas de juros continuam a incidir nas parcelas congeladas, mesmo que pagas posteriormente.

Além da pausa dos pagamentos, o banco vai dar a possibilidade de pedir prorrogação de até 18 meses para o prazo final de amortização de contratos com taxa de juros de longo prazo (TLP).

MP 936: ENTENDA A SUSPENSÃO DE CONTRATO E A REDUÇÃO DE JORNADA EM 15 PONTOS

Prorrogação da MP 936 em 2021

A MP 936 autorizou a suspensão de contrato e redução de jornada e salário de empregados, com o objetivo de preservar empregos na pandemia. As medidas seriam válidas por 90 dias, mas foram prorrogadas até dezembro de 2020. Em abril de 2021, o governo editou a MP 1.045, que autorizou uma nova rodada do programa de suspensão e redução de jornada.



Como funciona a suspensão de contrato?

O trabalhador tem o contrato suspenso, e o governo paga o chamado Benefício Emergencial. Os valores desse complemento são calculados com base no seguro-desemprego a que o funcionário teria direito, caso fosse demitido. Variam, portanto, de acordo com o salário que funcionário recebia antes da suspensão.

Como funciona a redução de jornada?

As empresas podem reduzir salário e jornada dos funcionários em 25%, 50% e 70%. Cortes diferentes destes têm de ser feitos por acordo coletivo. O governo paga um complemento, o chamado Benefício Emergencial, ao empregado. O valor desse complemento varia conforme o salário do funcionário e o percentual de corte, tendo por base o seguro-desemprego.

Como fica o salário do trabalhador?

O trabalhador vai receber a remuneração proporcional do empregador mais a complementação do governo. O repasse do governo, não necessariamente, vai repor todo o salário, porque o valor do seguro-desemprego não é equivalente ao salário que o empregado recebe na ativa.

Como o governo vai compensar perdas de quem for afetado?

O governo oferece uma compensação calculada de acordo com o valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido e à redução de jornada. O valor do seguro-desemprego varia entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813,03. Sobre esse montante, incide o percentual de redução de jornada.

Como deve ser o acordo?

Os termos do acordo, tantos os novos quanto os já realizados, podem ser encaminhados pelas empresas por meio do site e aplicativo Empregador Web. É preciso informar o número da conta bancária de cada funcionário, e esta não pode ser conta corrente. Para renovar os prazos dos acordos, as empresas precisam renegociá-los com os empregados e informar o governo.

Quem pode aderir à suspensão ou redução de jornada?

Esse regime pode ser adotado por micro, pequenas, médias e grandes empresas. Mas é restrito a companhias privadas, não valendo para as de economia mista, como a Petrobras, ou 100% controladas pelo Estado, como Infraero.

O empregado pode ser demitido após o fim do acordo?

Não. Há um período de estabilidade no emprego que deve ser igual ao período em que vigorou o corte de salário ou suspensão de contrato. Ou seja, se a redução salarial durou dois meses, o funcionário tem mais dois meses de trabalho. Depois disso, pode ser demitido, com direito a seguro-desemprego. Se for demitido durante o período de estabilidade, receberá indenização, além das verbas rescisórias.

Vale para trabalhador com contrato intermitente?

Sim. Se esse trabalhador tiver mais de um empregador, receberá a compensação de cada um que reduzir a jornada.

Vale para trabalhadores domésticos?

Sim. A redução pode ser de 25%, 50% ou 70%. O pagamento da remuneração será proporcional à redução. Poderá haver suspensão do contrato também. Neste caso, o trabalhador doméstico tem direito a 100% do seguro-desemprego.

Como fica o cálculo da contribuição para o FGTS?

A base de cálculo para o FGTS será o salário reduzido, sem o acréscimo do seguro-desemprego. E o trabalhador não terá direito a sacar o Fundo. Em caso de suspensão do contrato, não haverá recolhimento.

E o pagamento de décimo terceiro proporcional?



Durante o período de suspensão do contrato, a contagem da proporcionalidade do 13º salário fica interrompida. Assim, não serão considerados os meses de suspensão. No caso da redução de jornada, os advogados dizem que o cálculo do 13º continuará sendo feito com base no salário contratual ou seja, no salário cheio.

Como ficam benefícios?

Planos de saúde e odontológico devem ser mantidos tanto em caso de redução quanto de suspensão de contrato. Quanto ao vale-refeição, não há consenso entre especialistas, pois seria pago apenas a empregados que estão trabalhando. Previdência privada e auxílios creche e funeral também são mantidos. Se não houver deslocamento do empregado para trabalhar, não é devido o vale-transporte.

Qual o efeito sobre férias?

Não há efeito sobre direito a férias, e o adicional de um terço do salário deverá ser pago normalmente.

Como ficam as gestantes?

A nova MP estabelece que o período de garantia de emprego da funcionária gestante começará a contar a partir do quinto mês após o parto, ou após período de volta da licença-maternidade. Durante a licença, as gestantes terão a manutenção integral do salário-maternidade na redução de jornada e na suspensão de contrato.

— O que queremos é ajudar as empresas que precisam dessa pausa para voltar ao processo de normalidade, gerando empregos — explica o diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do banco, Bruno Laskowsky.

Outras iniciativas

Não é a única medida de socorro anunciada pelo governo nesta semana. Foi reeditado o programa de redução de jornada e salário a fim de preservar empregos, além de uma medida que flexibiliza relações trabalhistas.

O empresariado aguarda ainda uma nova rodada do Pronampe, programa de crédito a custo mais acessível, que teve três edições rapidamente esgotadas no ano passado.

No âmbito do BNDES, há planos de ampliar a medida que suspende pagamentos ainda neste primeiro semestre para empresas de médio e grande porte. Desta vez, porém, o grupo contemplado seria menor do que no ano passado, em uma medida voltada agora para os setores mais atingidos pela pandemia.

No ano passado, a iniciativa também durou seis meses, mas incluía empréstimos indiretos e os que são negociados diretamente com o banco para companhias de todos os portes, em um total de R\$ 13,6 bilhões.

Para o empresariado, embora as medidas do governo anunciadas até agora sejam necessárias e bem-vindas, elas podem ter demorado demais a chegar. O primeiro trimestre registrou uma escalada de casos da doença e de mortes por Covid, o que resultou na adoção de novas medidas restritivas para evitar o aumento do contágio.

— Essa medida de redução de jornada e salário veio tarde demais. Se viesse no mês passado, faria sentido, quando estava fechado. Agora que estamos abrindo, como vou diminuir a carga horária dos meus funcionários? — perguntou Diogo Freitas, dono do bar Art Chopp, na Taquara, Zona Oeste do Rio.

Para não demitir nos últimos dois meses, o jeito no bar de Freitas foi remanejar a equipe, dando férias para alguns funcionários e mudando funções, com parte da equipe do salão participando de entregas ou trabalhando na cozinha.

Para Pedro Hermeto, dono do restaurante Aprazível, em Santa Teresa, e presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Rio (Abrasel), mesmo que tardio, o pacote de socorro vai aliviar a situação das empresas. Ele pretende aderir a uma redução de jornada e salário de 25%.

— Quando estávamos fechados, com grande restrição e era necessário reduzir a mão de obra, a medida não veio. Agora que se restabeleceu, fazem. Se tivessem editado há dois meses, a adesão seria gigantesca porque a necessidade era muito maior — afirmou, destacando porém que a suspensão do pagamento de dívidas por seis meses neste momento será útil.

‘É fechar ou tentar’

Na gastronomia, mais de 350 mil bares e restaurantes fecharam desde março do ano passado. O setor tem sido um dos que mais cobram uma resposta do governo à crise.

— Não sabemos se vamos conseguir reagir. Editar a medida provisória de redução de jornada e salário quase em maio e sem o Pronampe ainda mostra que essa questão não é urgente para o governo — afirmou Paulo Solmucci, presidente da Abrasel nacional.

Para Bruno Imaizumi, economista da LCA, apesar das queixas do empresariado, a adesão às medidas de socorro será grande pois não restaram muitas opções para os pequenos empresários diante do risco de ter de fechar as empresas:

— Mesmo com a obrigação da estabilidade temporária prevista no acordo de redução de jornada e salário, a adesão das empresas vai ser grande porque trará alívio a curto e médio prazo. Existem ainda uma série de riscos no cenário: novas variantes, vacinação lenta, mas a situação é fechar ou tentar.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 29/04/2021*

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

70 ATIVOS FORAM TRANSFERIDOS PARA INICIATIVA PRIVADA DESDE INÍCIO DO GOVERNO

Por Felipe Laurence e Elisa Calmon

São Paulo - Desde o início do governo Bolsonaro, 70 ativos foram transferidos para a iniciativa privada, somando R\$ 84 bilhões. A expectativa é de que o montante chegue a R\$ 270 bilhões até o final de 2021.

As informações foram fornecidas pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, durante sua participação no leilão para a concessão da rodovia BR-153/414/080/TO/GO promovida nesta quinta-feira.

Na avaliação do ministro, o atual governo tem oferecido a "maior carteira de projetos" da história brasileira. "A Infra Week tá virando Infra Month", comentou o chefe da pasta de Infraestrutura, ao fazer referência à sequência de leilões promovidos pelo governo federal nas últimas semanas.

Dentre as transferências de ativos na agenda do Ministério da Infraestrutura, o ministro destacou a disputa pela Cedae, do Rio de Janeiro, que será promovido na sexta-feira. Segundo o ministro, esse será o maior leilão de saneamento já feito no País.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/04/2021*

INFRAESTRUTURA ASSINA PORTARIA DO INOVA BR, PROGRAMA PARA MODERNIZAR RODOVIAS

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, comunicou que a pasta assinou nesta quinta-feira, 29, a portaria para criação do Inova BR, programa de modernização das rodovias federais. O anúncio foi feito durante participação dele no leilão para a concessão da rodovia BR-153/414/080/TO/GO.

"Esse programa vai trazer muitos investimentos em curto prazo, gerando empregos", disse Tarcísio.

De acordo com o ministro, a iniciativa contará com investimento de R\$ 9,7 bilhões e deve criar mais de 94 mil postos de trabalho.

O objetivo do programa é trazer investimentos para entender quais são as demandas dos usuários das rodovias, segundo o ministro.

"Queremos aproximar cada vez mais a temática de sustentabilidade de nossas rodovias", complementou Tarcísio, ao falar sobre as metas do Inova BR.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/04/2021*

APESAR DE DECISÃO DA ASSEMBLEIA, GOVERNO DO RIO MANTÉM LEILÃO DE CONCESSÃO DA CEDAE

Segundo o governo e o BNDES, responsável pela estruturação do projeto de concessão, competência para fazer a licitação é dos municípios e da região metropolitana, que passaram essa tarefa para o Estado

Por Marcio Dolzan e Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

RIO - Cerca de duas horas depois de a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovar um decreto suspendendo o leilão de concessão de parte dos serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), o governo do Estado emitiu nota informando que ele está mantido e será realizado nesta sexta-feira, 30, às 14h, na B3, a Bolsa de São Paulo, como estava previsto.

"Conforme publicado em Diário Oficial Extraordinário desta quinta-feira (29/4), a decisão tem como base o fato de que a concessão dos serviços é dos municípios e da Região Metropolitana, que apenas delegaram a condução do processo ao Estado, na qualidade de mandatário", diz nota do governo, acrescentando que esse entendimento já foi referendado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio.

No comunicado, o governo estadual ressalta que o decreto legislativo aprovado nesta quinta-feira pela Alerj "cria para o governo do Estado uma obrigação que ele não pode cumprir, já que não é o titular do serviço público a ser concedido".

Mais cedo, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, também confirmou a realização do leilão. O banco de fomento é responsável pela estruturação do projeto de concessão.

"Está superconfirmado", afirmou Montezano ao Estadão, por telefone, da B3, onde está para a realização do leilão de concessão de uma estrada federal. Ele disse que vai permanecer em São Paulo para o leilão de saneamento do Rio, também na B3.

No entendimento do BNDES e do governo fluminense, explicou Montezano, um decreto estadual autorizando a concessão nem sequer seria necessário. A competência para fazer a concessão é dos municípios e da região metropolitana, que passaram essa tarefa ao governo do Estado. Por isso, a Alerj não teria como legislar sobre o assunto.

A concessão do saneamento no Rio, que envolve 35 dos 64 municípios atualmente atendidos pela Cedae, a companhia estadual de saneamento, é o maior projeto de infraestrutura do País. São R\$ 40 bilhões em investimentos, incluindo outorgas mínimas de R\$ 10,6 bilhões - ou seja, o valor poderá ser maior se houver competição no leilão.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/04/2021

FUNDO ADVENT ANALISA COMPRA DA PARTE DA ODEBRECHT NA BRASKEM

Investidor norte-americano, que tem ex-presidente da petroquímica entre seus executivos, também está no páreo para compra da indústria química Oxiteno

Por Fernanda Guimarães e Fernando Scheller, O Estado de S.Paulo

O fundo americano Advent está analisando a aquisição da fatia de 38,3% do capital total que a Odebrecht, recentemente rebatizada de Novonor, tem na petroquímica Braskem, apurou o Estadão. Essa fatia tem um valor de mercado de aproximadamente R\$ 14 bilhões, considerando o preço de suas ações negociadas na Bolsa brasileira. A Petrobrás possui 36% da empresa, também considerando o capital total, e é esperado que venda juntamente com a Odebrecht, conforme fontes.

O banco Morgan Stanley está conduzindo o processo e procurando eventuais interessados. Além do Advent foram procurados para analisar a aquisição, por exemplo, o fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos Mudabala e empresas do setor, como a LyondellBasell, antiga interessada. O processo é esperado para durar cerca de seis meses, disseram as mesmas fontes.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/5/6/1619723709465.jpg>

Fundo americano Advent está analisando a aquisição da fatia de 38,3% do capital total que a Odebrecht tem na Braskem
Foto: Daniel Teixeira/Estadão - 16/3/2012

O Advent é um fundo mais conhecido por investir no varejo – vendeu recentemente, por exemplo, o Grupo Big (ex-Walmart) ao Carrefour Brasil, mas já tinha dado sinalizações de que investiria também no Brasil no setor petroquímico por aqui. Uma das indicações nesse sentido foi a contratação de Fernando Musa, que deixou a presidência da Braskem no fim de 2019,

após passar dez anos na petroquímica.

A Braskem, aliás, não é a única empresa analisada pelo Advent, que segue no processo de venda da indústria química Oxiteno, colocada à venda no ano passado pelo Grupo Ultra. A Braskem é a maior fornecedora da Oxiteno, empresa avaliada em cerca de US\$ 1,5 bilhão. Esse processo de venda acaba de passar pela segunda fase, na qual os interessados pelo ativo fazem uma proposta.

O Advent captou ano passado um novo fundo dedicado à América Latina. O fundo tem R\$ 11 bilhões para investir na região.

Em 2019, a Odebrecht chegou perto de vender sua fatia na Braskem à holandesa LyondellBasell, mas a negociação foi suspensa após 16 meses, com o aumento da insegurança jurídica em torno da Odebrecht e por outros imbróglios, como, como o atraso na entrega de documentos à Securities and Exchange Commission (SEC) – a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA – e os danos causados em bairros de Maceió, reflexo da extração de sal-gema na região.

Petrobrás pode vender junto

A Petrobrás tem o direito de fazer a venda conjuntamente com a Novonor, se considerar o preço adequado. Ainda não se sabe, contudo, como será a visão do recém-empossado presidente da petroleira, o general Joaquim Luna e Silva sobre esse desinvestimento. Uma fonte ressalta, porém,

não ver melhor alternativa para a Odebrecht, que, apesar de ser co-controladora do negócio no papel, na prática tem pouco poder na Braskem.

Considerando apenas as ações com direito a voto a Odebrecht possui 50,1% e a Petrobrás, 47%. Na B3 são negociadas apenas as ações preferenciais, que não têm direito a voto. Há alguns anos está na mesa da companhia converter todas as ações para ordinárias, de modo a migrar a listagem da empresa para o Novo Mercado da Bolsa brasileira.

Na gestão de Roberto Castello Branco na Petrobrás, a venda da Braskem começou a ser conduzida, com a estatal contratando bancos para estruturar a venda. No entanto, naquela época a então Odebrecht não estava decidida pela venda da petroquímica – e os compradores só estavam interessados na compra do controle de fato do negócio.

Procuradas, Odebrecht e Advent afirmaram que não vão comentar. A reportagem aguarda posicionamentos de Braskem e Petrobrás.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/04/2021

ECORODOVIAS E GLP VENCEM A CCR NA DISPUTA PELA BR-153

Consórcio ofereceu outorga de R\$ 320 milhões pela concessão; contrato de 35 anos prevê aportes de R\$ 14 bilhões na rodovia

Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo

O consórcio formado por EcoRodovias e Global Logistic Properties GLP desbancou a CCR no leilão da BR-153/414/080, entre Tocantins e Goiás, realizado nesta quinta-feira, 29. O grupo venceu a concorrente no critério de desempate, com oferta de outorga de R\$ 320 milhões - valor que irá para o Tesouro. A CCR, que foi a grande vencedora do leilão dos aeroportos no início do mês, ofereceu R\$ 117 milhões. A disputa pelo valor de outorga ocorreu após as duas oferecerem o mesmo valor de pedágio para via simples, de R\$ 0,10218 por quilômetro, com desconto máximo de 16,25%.

A concessão terá um prazo de 35 anos, prorrogáveis por mais 5 anos. No total, são 850,7 quilômetros (km) e nove praças de pedágio entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO). De acordo com o contrato, o vencedor do leilão terá de injetar R\$ 14 bilhões na estrada, sendo R\$ 7,8 bilhões em investimentos e R\$ 6,2 bilhões em custos operacionais.

O leilão foi o primeiro da Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt) com modelo híbrido. O órgão definiu um desconto máximo de tarifa (de 16,25%) e um critério de desempate de maior outorga, que foi o que definiu o leilão.

O grupo vencedor terá de fazer a duplicação obrigatória de 623,32 km de estradas, sendo 349,21 km do 3.º ao 10.º ano e outros 274 km entre o 19.º e o 25.º ano, além de faixas adicionais, vias marginais, passarelas de pedestres, iluminação nas travessias urbanas e atendimento 24 horas, entre outras melhorias.

"Quando um contrato é bem feito, o investidor sente segurança e pode fazer uma boa oferta", diz o diretor executivo da EcoRodovias, Nicolo Caffo, vencedor do leilão. A empresa, controlada pelo grupo italiano Gavio (46,7%) e pela Primav (da CR Almeida, com 22,4%), já administra 10 concessões rodoviárias em todo o País, sendo o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, em São Paulo, uma delas.

Segundo o executivo da companhia, Marcello Guidotti, a companhia tem interesse em outras concessões que virão pela frente. Ele citou as licitações da Br-163, Nova Dutra e um lote no Estado do Paraná como ativos que interessam à EcoRodovias. "Todo o programa federal nos atrai."

O ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas comemorou o resultado do leilão e da transferência de 30 ativos para a iniciativa privada apenas neste mês. "Amanhã teremos mais, com o leilão da

Cedae." No total, 70 ativos foram concedidos desde o início do governo Bolsonaro, somando R\$ 85 bilhões de investimentos, afirmou o ministro.

A concessão leiloada nesta quinta-feira foi cassada em 2017 pela ANTT por descumprimento de contrato. A rodovia estava sob administração do grupo Galvão Engenharia, que não conseguiu fazer as obras previstas no contrato. Alvo da Operação Lava Jato, a Galvão entrou em recuperação judicial e não conseguiu avançar com os planos de investir quase R\$ 7 bilhões na duplicação da rodovia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/04/2021

PROJETO QUE PUNE DISCRIMINAÇÃO SALARIAL CONTRA MULHER VIRA 'BATATA QUENTE' NA CÂMARA

Para evitar ter que decidir sobre o tema, o governo de Jair Bolsonaro devolveu o texto aos deputados sob o argumento de problemas regimentais

Por Anne Warth e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O projeto de lei que pune discriminação salarial contra mulheres virou uma "batata quente" na Câmara. Com a sinalização de que vetaria o texto aprovado pelo Congresso mesmo diante do risco de ser "massacrado" nas redes sociais, o governo de Jair Bolsonaro encontrou uma alternativa para evitar ter que decidir sobre o tema e devolveu o texto aos deputados sob o argumento de problemas regimentais.

A bancada feminina na Câmara está agora diante de um dilema: apoiar o texto do Senado, mais brando do que o aprovado pelos deputados, ou retomar a proposta original, sob o alto risco de que nenhum deles seja sancionado por Bolsonaro.

O requerimento de urgência (uma espécie de fura-fila da ordem de votações dos projetos) foi aprovado na sessão desta quinta-feira, 29. O mecanismo permite que a proposta passe à frente e seja votada a qualquer tempo no plenário, mas não há ainda acordo sobre quando o texto será efetivamente pautado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), um aliado que tem evitado criar constrangimentos para Bolsonaro.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/6/1619718666367.jpg>

A deputada Marina Santos (Solidariedade-PI) é a nova relatora do projeto que pune discriminação salarial contra mulher. Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados - 19/2/2020

A maior sinalização disso é o fato de que a deputada Margarete Coelho (PP-PI), aliada de Lira, não será mais a relatora da proposta. Advogada e jurista, ela tem ganhado protagonismo na condução de pautas importantes na Casa, uma posição que gerou incômodo entre parlamentares. Na quarta-feira, 28, a

relatoria foi cedida à deputada Marina Santos (Solidariedade-PI). Ao Estadão/Broadcast, Santos disse que ainda está colhendo informações sobre a proposta e sobre a posição do governo a respeito dela.

Nos bastidores, a reportagem apurou que algumas deputadas não quiseram assumir a relatoria sob o temor de terem de ceder em um projeto caro às mulheres para, no fim, morrer na praia com um veto presidencial. O texto da Câmara determina que a empresa pague à empregada prejudicada uma multa de cinco vezes o valor da diferença salarial em relação ao homem que ocupa a mesma função ao longo de todo o período do contrato de trabalho. No Senado, porém, foi incluída a expressão "até" antes da multa, o que dá margem à Justiça para definir penalidades menores, conforme o porte e a situação econômica da empresa.

A sinalização que as deputadas receberam é que somente o texto do Senado tem chances de ser sancionado. Mas o governo também quer a garantia de que mulheres prejudicadas por empresas no passado não possam buscar os direitos que seriam garantidos pela nova lei. Isso é algo que nem o texto da Câmara, nem o do Senado poderia assegurar e, nesse cenário, demandaria a apresentação de outro projeto, o que levaria a potencial conquista feminina à estaca zero e desmoralizaria a bancada feminina no Congresso.

Coordenadora da bancada feminina, a deputada Celina Leão (PP-DF) disse haver acordo entre os líderes para aprovar o texto do Senado e defendeu o pragmatismo nas discussões. "Não temos condição jurídica de mexer mais no projeto. O acordo de líderes é pelo texto do Senado, que permite ao juiz ter um olhar subjetivo sobre cada caso ao definir a multa", afirmou.

"É claro que o texto da Câmara seria melhor para nós mulheres, mas a única possibilidade de sanção presidencial é com o texto do Senado, embora não haja garantia de que ele será sancionado. Não adianta jogar para a plateia".

Após a aprovação pelo Congresso, Bolsonaro lançou uma "enquete" para decidir se sancionava ou não a lei. Ele pediu a seus seguidores que sugerissem, nas redes sociais, o que ele deveria fazer. O presidente disse que, se sancionasse, ficaria "quase impossível" uma mulher conseguir emprego, sem apresentar dados ou estudos que corroborem essa visão, e ressaltou o custo que a iniciativa poderia gerar aos empresários.

Por outro lado, também disse que poderia virar alvo de uma "campanha das mulheres" e seria "massacrado" caso decidisse pelo veto.

Defensores da igualdade salarial argumentam que a aprovação do projeto é um passo importante para melhorar a representatividade das mulheres no mercado de trabalho. Na pandemia, a taxa de participação das trabalhadoras, que já era inferior à dos homens, caiu a 45,8%. Isso significa que menos da metade das mulheres estão em atividade, seja trabalhando, seja buscando emprego.

Bolsonaro ainda lançou o argumento de que "tem lugar em que mulher ganha mais do que homem", apesar de estudos mostrarem que a situação contrária - homens ganhando mais do que mulheres na mesma função - ser comprovadamente mais comum.

Uma pesquisa publicada no ano passado pelos economistas Beatriz Caroline Ribeiro, Bruno Kawaoka Komatsu e Naercio Menezes Filho, do Insper, comparou a remuneração de trabalhadores segundo gênero, raça, escolaridade e tipo de instituição de ensino frequentada (público ou privada). Um homem branco que concluiu o ensino superior em instituição pública teve média salarial de R\$ 7.891,78 entre 2016 e 2019, contra R\$ 4.739,64 no caso de mulheres brancas na mesma situação, R\$ 4.750,58 de homens pretos e pardos e R\$ 3.047,01 de mulheres pretas e pardas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/04/2021

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL VÊ AVANÇO ECONÔMICO COM PROJETO DA FERROGRÃO

O órgão analisou a questão do ponto de vista concorrencial e da ordem econômica

Por Isadora Peron — De Brasília

O Ministério Público Federal (MPF) defendeu, em nota técnica, a importância da construção da Ferrogrão, projeto de ferrovia com 933 quilômetros que pretende ligar Sinop (MT) e Miritituba (PA). O



texto foi elaborado pela Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do MPF e enviado ontem aos Ministérios da Infraestrutura e da Economia, à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O órgão analisou a questão do ponto de vista concorrencial e da ordem econômica. Segundo o documento, o projeto representa um avanço no desenvolvimento e integração da infraestrutura de transporte do país, com impacto direto na redução do custo de escoamento da produção agrícola brasileira. Além disso, contribui para ampliar a concorrência no setor, com possível diminuição nos preços do frete.

O MPF, no entanto, aponta que a “execução do projeto revela-se desafiadora”, pois a “obra apresenta potencial de geração de externalidades negativa”. Também ressalta que o Poder Executivo deve planejar e executar suas ações “pautando-se na ponderação dos benefícios e riscos decorrentes das opções escolhidas e na correção ou mitigação das falhas de mercado presentes, priorizando ações que visem à melhoria do bem-estar da sociedade”.

O órgão defendeu a necessidade de expandir a malha ferroviária no país devido à vantagem desse tipo de meio transporte para cargas, quando comparado com as rodovias, com menor consumo de combustível e, conseqüentemente, com menor nível de poluição.

O texto destacou ainda a relevância da Ferrogrão para o aumento da produtividade e competitividade dos produtos nacionais, em especial das commodities agrícolas produzidas no Centro-Oeste. De acordo com o MPF, o projeto “permitirá o escoamento [da produção] pelo modal ferroviário, mediante integração com o modal hidroviário, em direção ao centro exportador localizado na região Norte, mais próximo se comparado ao setor portuário da região Sudeste”.

O MPF disse também que a criação de novos corredores logísticos aumentará a concorrência, o que terá impacto direto na redução do preço dos fretes, “com efeitos na redução dos preços dos produtos nacionais e no aumento da competitividade do país no comércio internacional, ocasionados pela redução dos custos de produção associados ao transporte”.

O governo pretende fazer o leilão do projeto no segundo semestre. De acordo com estimativas oficiais, serão necessários investimentos de R\$ 8,4 bilhões. No setor privado, muitos acreditam que esse valor está subestimado e que as obras devem ultrapassar os R\$ 10 bilhões.

No mês passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a lei que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim (PA) para viabilizar as obras da Ferrogrão. A decisão foi do ministro Alexandre de Moraes, em ação movida pelo PSOL. A sigla argumentou que a exclusão de 862 hectares da unidade de conservação afeta indígenas da região e não poderia ter sido feita por medida provisória. Moraes ainda não levou o caso ao plenário.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 29/04/2021

LUCRO E RECEITA DA CATERPILLAR AUMENTAM GRAÇAS A DEMANDA MAIS AQUECIDA

Resultado foi impulsionado pela demanda de equipamentos de construção e da área industrial
Por Dow Jones Newswires — Nova York

A Caterpillar anunciou nesta quinta-feira um crescimento dos lucros e das receitas no último trimestre, impulsionados pela demanda de equipamentos de construção e da área industrial.

A empresa registrou um lucro no primeiro trimestre de US\$ 2,77 por ação, comparado aos US\$ 1,98 por ação há um ano.

O lucro total da empresa foi de US\$ 1,53 bilhão, uma melhora frente aos US\$ 1,09 bilhão.

Numa base ajustada, o lucro da Caterpillar foi de US\$ 2,87 por ação. Analistas consultados pela FactSet previam lucros ajustados de US\$ 1,94 por ação.

A receita foi de US\$ 11,89 bilhões, acima dos US\$ 10,64 bilhões há um ano, disse a empresa. Os analistas previam US\$ 10,95 bilhões.

As vendas de construção subiram 27% para US\$ 5,46 bilhões, uma vez que a procura mais elevada por parte do consumidor final gerou volumes melhores.

A melhora da demanda dos setores de energia e de petróleo e gás ajudou a aumentar as vendas em 4%, para US\$ 4,51 bilhões.

A margem de lucro operacional cresceu de 13,2% para 15,3%. As vendas na área de indústria de base aumentaram 6% para US\$ 2,22 bilhões, impulsionadas pela procura mais elevada do setor de mineração, disse a empresa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/04/2021

COM PREÇO DO PETRÓLEO EM DISPARADA, TOTAL SURPREENDE COM LUCRO 98 VEZES MAIOR

Resultado superou a projeção dos analistas do mercado

Por Dow Jones Newswires — Barcelona

A Total reportou nesta quinta-feira um lucro líquido de US\$ 3,34 bilhões no primeiro trimestre de 2021. O valor é 98 vezes maior do que o registrado no mesmo período de 2020. Segundo a empresa, o responsável pelo salto foi a alta nos preços do petróleo e gás.

Em uma base ajustada, o lucro somou a US\$ 3 bilhões, superando a projeção dos analistas do mercado, compilado pela FactSet, que esperavam US\$ 2,45 bilhões.

A receita no primeiro trimestre ficou estável na comparação com o ano anterior e somou US\$ 43,74 bilhões.

A produção total de hidrocarbonetos caiu 7% para 2,86 milhões de barris de óleo equivalente por dia em comparação com 3,09 milhões de barris de óleo equivalente por dia no mesmo período do ano anterior.



[https://s2.glbimg.com/ttmT7Pfi5ZZNC5OB91xef_ylMEQ=/0x0:747x530/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/t/g/7Amj3RS8u2Y7V3QjH2FQ/n_avio-da-petroleira-francesa-total-divulgacao.png](https://s2.glbimg.com/ttmT7Pfi5ZZNC5OB91xef_ylMEQ=/0x0:747x530/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/t/g/7Amj3RS8u2Y7V3QjH2FQ/n_avio-da-petroleira-francesa-total-divulgacao.png)

— Foto: Divulgação

A empresa confirmou que espera que a produção fique estável no ano todo, se beneficiando da retomada na Líbia.

O índice de endividamento do grupo atingiu 19,5% em 31 de março. A meta é de US\$ 500 milhões em economia de custos operacionais no ano inteiro e custos de produção próximos a US\$ 5 por barril de óleo equivalente. Os investimentos líquidos devem ficar entre US\$ 12 bilhões e US\$ 13 bilhões, metade dos quais serão alocados em energias renováveis e eletricidade.

O conselho propôs pagamento de dividendo de 66 centavos de euro (US\$ 0,80) referente ao período.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/04/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

PETROBRAS MANIFESTA INTERESSE EM DIREITO DE PREFERÊNCIA POR SÉPIA E ATAPU

Segundo fato relevante, diretoria executiva da empresa aprovou a manifestação do interesse nas áreas com percentual de 30%.

Por Reuters

A Petrobras manifestou ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) o interesse em exercer seu direito de preferência na segunda rodada de licitações dos volumes excedentes da cessão onerosa, que envolverá as áreas de Sépia e Atapu, informou a companhia nesta quarta-feira (28).

Segundo fato relevante publicado pela estatal, a diretoria executiva da empresa aprovou a manifestação do interesse nas áreas com percentual de 30%.

A Petrobras afirmou que os valores correspondentes aos bônus de assinatura a serem pagos, diante dos percentuais de participação estabelecidos, serão de R\$ 1,2 bilhão para Atapu e R\$ 2,14 bilhões para Sépia.

"A manifestação do interesse está em linha com o Plano Estratégico da companhia, com foco na concentração dos seus recursos em ativos de classe mundial em águas profundas e ultra profundas", acrescentou a petroleira.

O CNPE havia aprovado no último dia 20 de abril as diretrizes para o leilão. A Petrobras possuía 30 dias para manifestar seu direito de preferência.

O certame está previsto para ocorrer em dezembro. Sépia e Atapu já haviam sido ofertadas em um leilão anterior da cessão onerosa, em 2019, mas não receberam ofertas à época.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 29/04/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

GOVERNO QUER CONTRATAR R\$ 260 BI EM TRANSPORTES ATÉ 2022

Investimento será através de concessões à iniciativa privada

Por Vladimir Platonow - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O governo federal prevê a contratação de R\$ 260 bilhões em obras e projetos de infraestrutura na área de transportes até o final de 2022, através de concessões à iniciativa privada, com estimativa de gerar 1 milhão de postos de trabalho. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (28), pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

O ministro participou da inauguração de uma nova alça de acesso para caminhões no porto do Rio de Janeiro, por onde vão trafegar cerca de 2.600 veículos pesados por dia. Ele comentou os investimentos esperados na área de transportes até o final de 2022 e ressaltou a importância para o desenvolvimento do país.

“O programa de concessões é um acerto. Ele nos blindou da falta de recursos e nos permite fazer investimentos vultosos. A gente vai completando esses R\$ 260 bilhões de transferência de ativos para a iniciativa privada, o que vai gerar uma repercussão econômica muito importante nos próximos anos”, destacou o ministro.

Segundo ele, haverá um importante efeito de geração de empregos, na medida em que forem executados os projetos de obras e investimentos.

“Ao final das contas, a gente vai ter uma geração de empregos desses contratos muito grande, que vai passar de 1 milhão de postos de trabalho, entre diretos, indiretos e empregos provocados pelo efeito renda”, previu Tarcísio de Freitas.

Entre as concessões previstas, está uma extensa malha de rodovias federais nos diversos estados do país, além da renovação do processo de rodovias já concedidas, o que deverá injetar uma grande soma de recursos no setor.

“Amanhã tem o leilão da BR-153 Tocantins, [em que] a gente contrata mais R\$ 14 bilhões. Na sequência, vai ter a licitação da BR-163, Pará. Vamos ter a nova licitação da Rodovia Presidente Dutra, ligando Rio-São Paulo, desta vez contemplando a Rodovia Rio-Santos, que foi colocada para dentro do contrato. Teremos a licitação da BR-381 Minas com a BR-262 Espírito Santo, e as rodovias integradas do Paraná”, listou o ministro.

Além disso, Tarcísio de Freitas ressaltou os avanços no programa de concessão no setor portuário: “No dia 9 de julho, temos três terminais portuários. Terminal salineiro do Rio Grande do Norte, terminal de carga geral, em Macapá, e terminal de trigo em Mucuripe, no Ceará. Depois vão vir os terminais para líquidos no Porto de Santos, o maior leilão de arrendamento portuário da história do Brasil”.

Da mesma forma, o governo planeja a continuidade da concessão do setor aeroportuário à iniciativa privada, iniciando, este ano, pelo aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que vai ser relicitado.

“No ano que vem, Viracopos [Campinas] e mais 16 aeroportos da Infraero, divididos em três blocos. O bloco Norte, liderado pelo aeroporto de Belém, o bloco Rio de Janeiro-Minas, liderado pelo Aeroporto Santos Dumont, e o bloco São Paulo-Mato Grosso do Sul, liderado pelo Aeroporto de Congonhas”, disse.

Acesso

A Avenida Portuária foi construída junto com a alça de ligação da Ponte Rio-Niterói com a Linha Vermelha, inaugurada há um ano. Com investimentos de R\$ 450 milhões, gerou cerca de 1,5 mil empregos diretos e indiretos. Os dois empreendimentos são os principais do atual contrato de concessão da empresa EcoPonte e pretendem desafogar o trânsito pesado da Avenida Brasil, que ficará livre dos caminhões que acessam o porto.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 29/04/2021

GOVERNO CENTRAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 2,1 BILHÕES EM MARÇO

Resultado é o melhor para o mês desde 2014

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil – Brasília

Impulsionado por arrecadações extraordinárias e pelo atraso na aprovação do Orçamento, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou o primeiro superávit primário para meses de março desde 2015. No mês passado, o resultado ficou positivo em R\$ 2,101 bilhões.

O superávit primário representa a economia do governo para o pagamento dos juros da dívida pública. O resultado de março é o melhor para o mês em sete anos. No mesmo mês de 2014, o Governo Central tinha registrado superávit primário de R\$ 4,257 bilhões. No mesmo mês do ano passado, as contas haviam ficado negativas em R\$ 21,131 bilhões.

Com o resultado de março, o Governo Central acumula superávit primário de R\$ 24,443 bilhões no primeiro trimestre. Esse é o melhor resultado para os três primeiros meses do ano desde 2013, quando o superávit acumulado havia atingido R\$ 29,772 bilhões.

O resultado veio acima do previsto. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, as instituições financeiras projetavam déficit primário de R\$ 30 bilhões para março.

Meta

Apesar do superávit em março, a tendência é que o resultado das contas públicas fique negativo nos próximos meses. Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece meta de déficit de R\$ 247,1 bilhões para o Governo Central, mas projeto de lei aprovado na semana passada permite o abatimento da meta de até R\$ 40 bilhões de gastos.

Os gastos que podem ser deduzidos da meta estão relacionados com o enfrentamento à pandemia de covid-19. Dos R\$ 40 bilhões autorizados pelo Congresso, R\$ 20 bilhões destinam-se à saúde, R\$ 10 bilhões ao programa de redução de jornada e suspensão de contrato e R\$ 10 bilhões ao Pronampe, programa que fornece crédito emergencial a micro e pequenas empresas.

Receitas e despesas

O principal fator que contribuiu para o superávit primário em março foi a alta na arrecadação do governo. A receita líquida do Governo Central subiu 21,3% em março acima da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na comparação com o mesmo mês do ano passado. No mês, elas somaram R\$ 118,132 bilhões.

As despesas totais caíram 3,1% na mesma comparação, também descontando a inflação pelo IPCA. Em março, elas somaram R\$ 116,031 bilhões. Em 2021, as despesas totais consumiram 22,1% do teto de gastos estimado para este ano, totalizando R\$ 329,013 bilhões, para um limite de R\$ 1,486 trilhão.

A queda das despesas totais está relacionada principalmente ao atraso na aprovação do Orçamento Geral da União de 2021. Aprovada pelo Congresso no fim de março, a peça foi sancionada no último dia 22, após um acordo entre a equipe econômica e os parlamentares. Nesse período o governo cortou um terço dos investimentos e das despesas discricionárias (gastos não obrigatórios) em relação ao limite estabelecido pela regra do duodécimo.

Com a queda nos investimentos, o governo federal investiu R\$ 1,424 bilhão em março, recuo de 54,3% em relação ao mesmo mês de 2020, descontada a inflação pelo IPCA. No acumulado do ano, os investimentos somam R\$ 3,242 bilhões, queda de 66,4% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, também descontado o IPCA.

Em relação às receitas, a alta verificada em março decorreu principalmente da arrecadação extraordinária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) realizada no mês passado. O aumento do valor importado em reais, decorrente da valorização do dólar, também contribuiu para a alta na arrecadação de Imposto de Importação.

Como a arrecadação de março reflete os fatos geradores de fevereiro, a própria Receita Federal admitiu que as receitas do governo deverão cair a partir de abril, refletindo as medidas de restrição social tomadas em março por causa do agravamento da pandemia de covid-19.

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CONVENÇÃO DO TRABALHO MARÍTIMO PREVÊ PROTEÇÃO EM CASOS DE ABANDONO DE TRIPULAÇÃO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 29 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201113-maritimo-trabalho-inspecao.jpg>

Arquivo/Divulgação

Assessor jurídico da DPC explicou que MLC 2006, que entra em vigor para o Brasil de forma efetiva em maio, é categórica ao firmar responsabilidades de estados de bandeira sobre deveres relacionados às obrigações sociais.

O assessor jurídico da Diretoria de Portos e Costas (DPC), comandante Wellington Nogueira Camacho (DPC), disse que a Convenção sobre Trabalho Marítimo (Maritime Labour Convention — MLC 2006), ganha mais força citando a convenção internacional de embarque preventivo de navios, que possibilita a reclamação marítima trabalhista com salários e outras quantias devidas a comandantes, oficiais e outros membros da tripulação, incluindo custos de repatriação, contribuição para segurança social. Ele destacou que a convenção permite a detenção da embarcação e/ou um outro 'navio-irmão' para saldar as dívidas trabalhistas, tanto em águas jurisdicionais, como em águas estrangeiras. Camacho sugeriu que talvez seja importante firmar acordos bilaterais com países de bandeiras mais significativas, geralmente bandeiras de países de registro aberto.

A convenção, da qual o Brasil é signatário, consolida 68 convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e recomendações para o setor marítimo a fim de garantir, entre outros pontos, a vida digna de marítimos a bordo. A MLC 2006 passa a valer de forma efetiva para o Brasil em maio. Ao todo, a convenção tem 97 signatários e concentra 91% da tonelagem bruta mundial de navios. Todos os estados signatários precisam cumprir a norma internacional para estabelecer o mínimo de condições trabalhistas aos marítimos. Camacho disse que um dos objetivos da MLC é garantir igualdade de competição entre proprietários de navios.

O assessor jurídico da DPC observa que a MLC é categórica ao firmar as responsabilidades de estados de bandeira sobre deveres relacionados às obrigações sociais. Camacho explicou que o port state vai verificar a regra geral da MLC, mas também terá que respeitar as normas do país de bandeira. Ele ressaltou que a OIT fez duas orientações importantes, uma para o port state, outro para o país de bandeira (flag state). "Essas guidelines são importantes para operadores de Direito porque são ferramentas para compreender a aplicação da convenção", analisou Camacho, durante o evento "MLC 2006 - A Convenção do Trabalho Marítimo e sua entrada em vigor no Brasil", promovido pela Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI).

As orientações estão associadas à investigação de navios e situações nas quais a embarcação precisa ser detida. Ele ponderou que a Convenção estabelece parâmetros mínimos para estados signatários e que nenhuma convenção ou recomendação poderá afetar a lei e decisões de acordos que assegurem condições mais favoráveis aos trabalhadores. "A Convenção não quer se intrometer à lei interna, se ela for mais favorável", avaliou. A MLC prevê, por exemplo, o seguro compulsório para repatriação dos marítimos e cuidados médicos, normalmente cobertos por clubes de P&I. O país de registro tem que exigir que o navio tenha esse seguro obrigatório para os marítimos.

Camacho considera que a entrada em vigor da convenção vem em boa hora e será importante para tratar de casos de abandono de navios e tripulação semelhantes aos que já ocorreram na costa brasileira. Ele citou o caso de um navio com registro aberto e bandeira da Libéria que, em 2014, registrou problemas na costa do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o clube de P&I providenciou que alguns tripulantes tivessem cuidados médicos e, em janeiro de 2015, efetuou a repatriação de todos marítimos, que se encontravam em condições análogas à escravidão, há seis meses sem receber salários e em instalações de habitação deprimentes, com falta de gêneros a bordo e ofensas internacionais às condições de trabalho a bordo. Segundo o assessor jurídico da DPC, a MLC estabelece direitos trabalhistas básicos dos marítimos, preservando dignidade e flexibilidade para os países ratificantes sobre como vão implementar padrões de trabalho decentemente em suas leis nacionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/04/2021

GOVERNO DE PERNAMBUCO CONSOLIDA A INSTALAÇÃO DE UM HUB DE VEÍCULOS IMPORTADOS EM SUAPE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210429-cerimonia.jpg>

O governo de Pernambuco assinou, nesta quinta-feira (29), protocolo de intenções com o Grupo Ascensus, especializado em logística multimodal, para que, a partir de julho, a empresa importe seis mil veículos por mês pelo Porto de Suape. O projeto vai dobrar a movimentação anual de automóveis em Suape, que ocupa a posição de líder no Norte/Nordeste.

"Essa é nossa meta, nosso objetivo, que é transformar Pernambuco em um grande polo logístico, com condições de atender demandas de todo o Nordeste. Para isso estamos trabalhando sempre com um olhar estratégico, incentivando a chegada de novas empresas e indústrias, para diversificar a infraestrutura, tornando o nosso Estado cada vez mais atrativo para os grandes investimentos", destacou o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, durante a solenidade de assinatura.

Suape foi escolhido para receber a operação por oferecer condições favoráveis de logística e infraestrutura, incentivos fiscais e integração com o modal marítimo, facilitando a distribuição para todo o Brasil. O porto tem três pátios públicos destinados ao armazenamento de veículos, que somam 227 mil metros quadrados de área e capacidade anual para 250 mil carros.

Atualmente, Suape exporta veículos das montadoras Fiat e Jeep, e importa da GM, Toyota e Nissan, totalizando, em 2020, 39.922 unidades.

No documento assinado, a Ascensus se compromete a implantar a unidade de negócios até dezembro deste ano. Com a instalação do hub, Suape se consolida em todos os modais comerciais, de importação, exportação e transbordo de veículos.

Para Roberto Gusmão, presidente de Suape, a prospecção de novos negócios tem resultado em atração de grandes empresas. "O nosso porto conta com diferenciais que nenhum outro tem, como localização privilegiada, profundidade e ótima estrutura. Isso nos dá a capacidade para ser hub de muitas cargas. Já somos o maior distribuidor de grãos líquidos, na parte de combustível, e com essa nova operação caminhamos para nos consolidarmos como hub de veículos para todo o país", comentou.

A Ascensus tem sede em Joinville, Santa Catarina, e expertise em importação, distribuição e exportação de produtos. Oferece infraestrutura interconectada a modais de transporte que proporciona facilidades logísticas integradas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/04/2021

FROTA DE APOIO MARÍTIMO SE MANTEVE ESTÁVEL NO 1º TRIMESTRE

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 29 Abril 2021

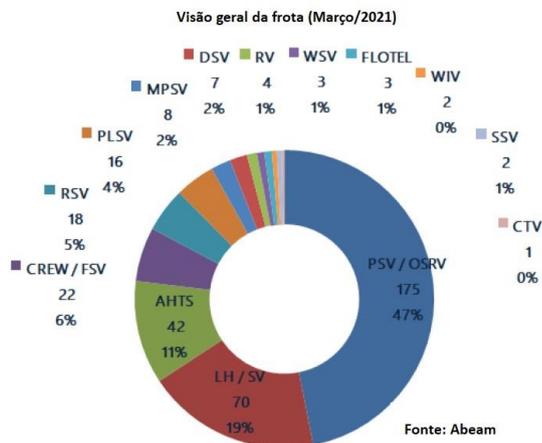


<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/199225-plataforma-petrobras-p-76-fpso-a.jpg>

Arquivo/Divulgação

Em março, 47% dos barcos de apoio correspondiam a PSVs e OSRVs. Outras 70 unidades estavam dedicadas ao manuseio de linhas e amarrações ou serviços de mini supridores, de acordo com o relatório da Abeam.

O relatório mensal da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) destaca que, ao final de março, a frota era composta por 373 embarcações, sendo 336 de bandeira brasileira e 37 de outras bandeiras. A frota de apoio marítimo em águas brasileiras se manteve estável no primeiro trimestre de 2021, com 90% de bandeira nacional e 10% com bandeiras estrangeiras. Em comparação com dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 166 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 85 de bandeira brasileira. A publicação estima em torno de 47 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, que tiveram suas bandeiras trocadas para bandeira brasileira nesse período.



Nem todas as unidades estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou mesmo fora de operação. Os dados foram obtidos junto a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000.

<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210429-frota-apoio-maritimo-abeam-marco-2021.jpg>

210429-frota-apoio-maritimo-abeam-marco-2021.jpg

De acordo com a publicação, a frota em março era composta por 47% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 175 barcos. Outros 19% eram LH (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini supridores), que correspondem 70 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 42 unidades no período, enquanto 22 barcos de apoio eram FSVs (suprimentos de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 18 RSVs (embarcações equipadas com robôs) e 16 PLSVs (lançamento de linhas).

Em março, a empresa de navegação com mais embarcações, em operação ou aguardando contratação, foi a Bram Offshore/Alfanave, com 53 unidades (apenas uma estrangeira), seguida pela CBO que totalizou 32 barcos de apoio com bandeira brasileira e pela Starnav, com 31 barcos de pavilhão nacional.

Distribuição da frota por empresa

Empresa	Status	Bandeira		Total
		Brasileira	Estrangeira	
BRAM / ALFANAVE	ABEAM	52	1	53
CBO	ABEAM	32		32
STARNAV	ABEAM	31		31
OCEANPACT	ABEAM	22	2	24
WSUT	ABEAM	23		23
DOF / NORSKAN	ABEAM	16	5	21
TRANSHIP	ABEAM	20	1	21
CAMORIM	Não Associado	16	1	17
BARU	Não Associado	12		12
ASTROMARÍTIMA	Não Associado	11		11
BRAVANTE	ABEAM	11		11
LOCAR	Não Associado	10		10

Fonte: Abeam

estrangeras), aparecem na sequência. Já a Tranship tinha nesse período 21 unidades em sua frota, sendo 20 de bandeira brasileira e uma estrangeira. Confira abaixo as empresas com mais participação na frota de apoio offshore em março:

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/04/2021

<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210429-frota-apoio-maritimo-abeam-por-empresa-marco-2021.jpg>

[210429-frota-apoio-maritimo-abeam-por-empresa-marco-2021.jpg](https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210429-frota-apoio-maritimo-abeam-por-empresa-marco-2021.jpg)

Segundo o relatório, 24 embarcações faziam parte da frota da Oceanpact, das quais 22 de bandeira brasileira e duas estrangeiras. A Wilson Sons Ultratug, com 23 embarcações de bandeira brasileira, e a DOF/Norskan, com 21 barcos de apoio (16 brasileiras e cinco

MARÍTIMOS DA ÍNDIA ENFRENTAM NOVOS DESAFIOS COM PANDEMIA EM ALTA NO PAÍS

Da Redação NAVEGAÇÃO 29 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200517-navio.jpg>

Marítimos com histórico recente de viagens à Índia foram proibidos de mudar de tripulação em Cingapura. Já o Porto de Fujairah, nos Emirados Árabes Unidos, também proibiu a mudança de tripulação para os navios que chegam da Índia.

De acordo com a agência de navegação GAC, a Indonésia também seguiu o exemplo e proibiu a entrada de todos os estrangeiros que chegaram ao país e estiveram na Índia nos últimos 14 dias. Também a Coreia do Sul acrescentou a Índia à sua lista de nações com alto risco. Para todo o pessoal que chega aos portos coreanos, um relatório Covid negativo é obrigatório.

O surto na Índia também afetou o recrutamento de marítimos: a Royal Caribbean suspendeu seu programa de contratação na Índia em meio ao aumento de casos da Covid no país.

A Índia registrou uma semana de aumentos diários em infecções por Covid, mais de 350 mil em 24 horas — um novo recorde mundial. O país é um importante fornecedor de marítimos para a indústria de navegação global, especialmente nas categorias de oficiais. O país ocupa o terceiro lugar na lista de países que fornecem marítimos para a indústria marítima.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/04/2021

ENAUTA E DOMMO ENERGIA ENCERRAM LITÍGIOS SOBRE O CAMPO DE ATLANTA

Da Redação OFFSHORE 29 Abril 2021

A Enauta informa que assinou acordo com a Dommo Energia referente aos litígios existentes relativos ao Campo de Atlanta (Bloco BS-4), que se iniciaram após a notificação de retirada pela Barra Energia.

Conforme Fatos Relevantes divulgados em 23 de outubro de 2017 e 26 de setembro de 2018, a Barra Energia exerceu os direitos de retirada da Dommo no Bloco BS-4, nos exatos termos do disposto no contrato de operações conjuntas do consórcio (JOA).

Após iniciado o procedimento arbitral, o tribunal entendeu que os direitos, titularidade e interesses da Dommo no Bloco BS-4 foram transferidos à Enauta e Barra Energia desde 11 de outubro de 2017, passando cada uma a deter 50% de participação no bloco. Ao longo dos anos, a Dommo vem questionando essa transferência.

O acordo prevê a extinção de todos os processos entre as partes, incluindo as afiliadas, bem como restringe novos litígios. Assim, a transferência da participação dos 40% da Dommo já realizada para a Enauta e para a Barra Energia não será mais objeto de qualquer litígio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/04/2021

EQUINOR AVANÇA PROJETO DE PLATAFORMA NÃO TRIPULADA DO MAR DO NORTE

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 29 Abril 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/180829-equinor.jpg>

Equinor avança projeto de plataforma não tripulada do Mar do Norte. A Equinor e a Aker BP coordenarão o desenvolvimento de três licenças na plataforma continental norueguesa. Uma das quais, a Krafla, operada pela Equinor, irá incorporar uma plataforma de processamento não tripulado (UPP).

A ABB afirmou na quarta-feira (28) que o campo de Krafla hospedará a primeira UPP do Mar do Norte, que será totalmente controlada remotamente por operadores em um centro de controle onshore por meio de seu sistema de controle distribuído "Ability System 800xA". Além da UPP, o sistema monitorará e controlará várias unidades, incluindo duas plataformas de cabeça de poço não tripuladas e um sistema de produção submarino, acrescentou a empresa.

Sem nenhuma fonte de energia disponível no local, Krafla irá utilizar energia da rede elétrica terrestre. A ABB destacou que aplicará sua metodologia de "Execução Adaptativa" para criar um gêmeo digital da UPP. O gêmeo digital irá simular, testar e verificar as funções avançadas necessárias para operações não tripuladas no sistema de controle antes do estágio de instalação no local.

O uso da metodologia pode reduzir os cronogramas de entrega em até 30%, diminuir os custos de configuração relacionados à automação em até 40% e cortar o número de horas de engenharia gastas em testes de projeto, instalação e comissionamento em até 85%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/04/2021

PORTO DE IMBITUBA INICIA ESTUDO PARA ARRENDAMENTO DO TERMINAL DE GRANEL MINERAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29 Abril 2021

A SCPAR Porto de Imbituba obteve autorização do Minfra para iniciar os estudos de um novo arrendamento, do Terminal de Granel Mineral (TGM). A ideia é que o TGM seja leiloado no ano que vem.

Até julho, o Terminal de Granel Líquido (TGL), localizado no Porto de Imbituba e destinado à movimentação e armazenagem de soda cáustica, será leiloado, como parte do lote de arrendamentos anunciado pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra) esta semana.

Com a licitação do TGL, estima-se uma taxa média de crescimento de cerca de 15% na movimentação de soda cáustica até 2029, quando a movimentação deve ficar em torno de 170 mil toneladas/ano.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210113-porto-de-imbituba.jpg>

— Há dez anos não era feito um arrendamento em Imbituba. A expectativa é que, com essa medida, o terminal fique mais robusto, eficaz e com uma performance melhor em um mercado tão competitivo como o da soda cáustica — explica o gerente comercial da SCPAR, Rui Roberti.

Por enquanto, o TGL é administrado pela Fertilisanta, graças a um arrendamento transitório de 180 dias.

Essa mini-licitação temporária teve por principal objetivo dar ao mercado a segurança jurídica necessária para utilizar o terminal. No leilão, porém, haverá novas regras e novos concorrentes, o que aumenta a expectativa de um bom negócio. Os valores ainda não foram estabelecidos.

— Acreditamos em um ágio bom, que dará uma outorga robusta e permitirá a total renovação da super estrutura de Imbituba — afirma Roberti.

As empresas que participarem do leilão vão disputar um terminal de 7.455,00 m², com três tanques de armazenamento, dois dos quais estão hoje inoperantes. O tanque em atividade tem capacidade de 4.826 m³. O TGL conta ainda com 806 metros de dutos de alimentação e com equipamento para carregamento de veículos de transporte rodoviário. O contrato prevê um arrendamento por dez anos.

Em contrapartida, o vencedor deverá construir quatro novos tanques e demolição os dois inoperantes. Essa nova super estrutura, com cinco tanques em operação, ampliará a capacidade de armazenagem estática para 12.699m³. Já a armazenagem dinâmica passará das atuais 80 mil toneladas/ano para cerca de 230 mil toneladas.

— Imbituba vai ficar mais moderno e ganhar posições no mercado portuário — aposta o gerente-comercial.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/04/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMATIVO TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006